

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras, de novo, salva leilão do pré-sal	2
Título: Receita de petróleo eleva resultado primário	5
Título: Mudança na lei, um novo dilema no Congresso.....	7
Título: Culpa é do modelo de partilha, diz Guedes	9
Título: Ultrapar confirma recuperação no 3º tri e ação sobe mais de 5%.....	10
Título: Em duas tacadas, Copagaz vira líder em distribuição de GLP.....	13
Título: Braskem enxuga estrutura e mira Ásia	14
Título: Ibovespa bate recorde, mas leilões pesam no câmbio.....	16
Título: Concentração em usinas e CDI atrapalham CRAs	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: País perdeu ‘timing’ do pré-sal, avalia ministro	20
Título: Maia ataca proposta de garimpo em terra indígena	21
Título: O megaleilão do pré-sal.....	22
Título: ‘A Petrobrás não quer privilégio ou preferência’	23
Título: Governo avalia mudar regras para o pré-sal após novo leilão sem disputa.....	25
Título: Agora vai	27
Título: Senado deve votar pacote de corte de gastos só em 2020	29
Título: IPCA de 0,10% é o menor para o mês desde 98	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	31
Título: Com segunda frustração seguida, governo fala em rever regras do petróleo	31
Título: Escreveu... ..	32
Título: Petrobras vende Liquigás por R\$ 3,7 bilhões, e Ultragaz deve perder liderança para Copagaz	33

Título: Leilões frustrados.....	34
Título: Mercado dá recado de esgotamento do modelo de exploração.....	36
Título: Bolsonaro sabia que leilão do petróleo seria fracasso e pediu ajuda à China.....	37
Título: Energia cai e leva IPCA para abaixo da meta	40
Título: Vou me empenhar pelo pacote tanto quanto pela Previdência ou até mais	40
Título: Governo libera plantio de cana-de-açúcar em Pantanal e Amazônia	44
VEÍCULO: O Globo.....	46
Título: Maia pretende 'arquivar' mineração em área indígena.....	46
Título: Hora de agir	47
Título: Nova estratégia	48
Título: Maia atua nas falhas e omissões.....	50
Título: Quem entende de petróleo no Brasil é a Petrobras	52
Título: Inflação de 0,10% é a menor para outubro em 21 anos.....	53
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	54
Título: Estrangeiros somem de leilão	54

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras, de novo, salva leilão do pré-sal

Depois da frustração com a falta de interesse da iniciativa privada pelo leilão dos excedentes da cessão onerosa, o governo colheu ontem nova derrota, na 6ª Rodada de partilha do pré-sal. As grandes petroleiras internacionais se ausentaram outra vez da concorrência - contrariando a expectativa do mercado - e apenas uma das cinco áreas oferecidas foi negociada.

A Petrobras foi a única a arrematar um bloco em parceria com os chineses da CNODC, assim como ocorrido na véspera. A estatal pagou R\$ 4 bilhões pela área

de Aram, na Bacia de Santos. O resultado decepcionante do leilão de ontem, que arrecadou, no total, R\$ 5,05 bilhões, considerando a parcela dos chineses, coloca o atual modelo de partilha na berlinda. No total, o leilão previa arrecadar R\$ 7,8 bilhões.

Ontem mesmo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, atribuiu o fracasso do leilão ao regime de partilha e defendeu a extinção do modelo de outorga, instituído em 2010 pelo governo Lula. Há um mosaico de fatores que ajudam a explicar o fracasso da rodada, segundo especialistas. Citam a falta de oportunidades para empresas interessadas em serem operadoras, devido à “reserva de mercado” da Petrobras no pré-sal; o excesso de licitações no Brasil (três em um mês); a participação ativa de multinacionais em rodadas nos últimos anos; e as discussões sobre a revisão da partilha, às vésperas do leilão.

Segundo duas fontes da indústria, a ausência das multinacionais indica recado claro de que a regra que dá à Petrobras o direito de preferência pela aquisição dos ativos “saturou”, e precisa ser revista. A expectativa é que o fracasso da rodada dê munição aos defensores do fim do regime de partilha, em um momento em que o Congresso Nacional começa a discutir o tema. A 6ª Rodada de partilha fez lembrar a 13ª Rodada de concessões, de 2015, que também sofreu um “boicote” das multinacionais - insatisfeitas com as regras então vigentes - e que antecedeu uma série de reformas regulatórias, para atrair investidores, como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim da operação única da Petrobras no pré-sal.

Na tentativa de encontrar explicações para a frustração de ontem, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse que a Petrobras inibiu a concorrência, ao manifestar previamente o interesse pela aquisição de três áreas, mas desistir, na hora, da compra de duas (Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava).

“A gente esperava que essas três áreas fossem contratadas. Então, estou surpreso, sim... O que precisa, agora, é haver uma reflexão nossa de quais as razões que levaram a Petrobras a não ter exercido o direito de preferência quando ela se manifestou previamente. Ao fazer isso, ela inibiu a concorrência, porque outras companhias poderiam se interessar em fazer oferta na condição de operadoras”, disse Oddone, ao fim do leilão.

Pelas regras, a Petrobras tem o direito de cobrir qualquer oferta em caso de derrota nas áreas pelas quais tenha manifestado previamente o interesse. Com isso, as petroleiras se sentem pouco estimuladas a competir pelas mesmas áreas de interesse da estatal. Em 2018, na 4ª Rodada, a Shell chegou a tentar e apresentou uma oferta superior ao do consórcio liderado pela estatal pela área de Três Marias. A brasileira, porém, cobriu a proposta e abocanhou o ativo,

jogando a Shell, que tinha pretensão de assumir a operação da área, para a posição de sócia minoritária.

Entre representantes do governo, o sentimento, nos bastidores, era de indignação com a Petrobras, que não avisou ao mercado que desistiria das áreas. O diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Carlos Alberto de Oliveira, disse que a empresa declinou da aquisição de Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava porque não conseguiu atrair sócios para dividir investimentos. Pela primeira vez na história das rodadas de partilha, a estatal exerceu preferência pela compra de ativos, mas desistiu de apresentar ofertas. O executivo disse que a estatal havia limitado sua participação a 30% nos dois blocos preteridos, dentro de uma avaliação de retorno e viabilidade, e não avançou nas propostas por falta de interesse de sócios.

“Esperávamos que as companhias fizessem suas ofertas”, afirmou Oliveira. “Nas áreas pelas quais a gente exerce o direito de preferência, não temos obrigação de participar. Se houvesse manifestação de interesse de alguém, a gente tinha a intenção de exercer o direito de preferência no percentual solicitado de 30%”, afirmou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que manter o regime de partilha, nos moldes de hoje, “não parece ser de bom senso”. “O direito de preferência da Petrobras naturalmente reduz a competitividade do certame. Isso é claro e nós manifestamos essa nossa visão ao Congresso Nacional, dentro da tramitação dos projetos de lei que lá estão a fim de aperfeiçoar o marco legal.”

Começa a ganhar corpo, em Brasília, não só a revisão do direito de preferência da Petrobras, mas o próprio regime de partilha. A revisão do marco do pré-sal é assunto na pauta da indústria de óleo e gás. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu a extinção desse modelo regulatório.

Pelo regime de partilha, as empresas destinam parte do volume de óleo que produzem para a União e pagam royalties, com base em alíquota de 15%, superior à alíquota de até 10% prevista no regime de concessão. Na partilha, as petroleiras não pagam participações especiais (compensação financeira). A administração de contratos de partilha é considerada mais complexa. Outra proposta em discussão, no setor, é a flexibilização da partilha, para permitir que áreas de menor atratividade sejam licitadas sob o regime de concessão. Na visão da indústria, campos menos produtivos têm mais dificuldade de se viabilizarem economicamente no modelo de partilha.

Embora executivos das petroleiras reservadamente manifestem preferência pelo modelo de concessão, a partilha está longe de ser um modelo

desinteressante. Haja visto que, desde 2017, as multinacionais do setor investiram R\$ 13,9 bilhões na aquisição de ativos, nas rodadas de partilha o pré-sal.

O presidente da Enauta, Lincoln Guardado, disse que o investimento pesado das empresas nos últimos leilões pode ajudar a explicar a ausência das multinacionais. “As verbas não são infinitas, mesmo para as companhias de grande porte. Imagino que, para essas companhias, se esgotou um pouco a capacidade financeira e a estratégia de recomposição de portfólio [no Brasil].” Ele acredita que o pré-sal continua no mapa das grandes petroleiras. “[O resultado ruim do leilão de ontem] É temporal. O pré-sal vai continuar sendo um sucesso. Não dá para medir o potencial pelos últimos leilões.”

O chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, mostra-se otimista. “Ainda existe espaço para o Brasil no portfólio das empresas. Elas ainda não estão saturadas. A discussão sobre a revisão da partilha faz um pouco de barulho. A Petrobras também atrapalhou por ter pedido três das cinco áreas, inibindo outros operadores. Os resultados foram decepcionantes.”

Some-se a isso o fato de que o primeiro poço perfurado na nova geração de ativos do pré-sal frustrou expectativas. A perfuração em Peroba, pela Petrobras, encontrou CO2 em altas quantidades, como principal fluido no local, mostrando que, mesmo em região promissora, o sucesso exploratório não é garantido. A Petrobras disse que a perfuração identificou gás com teor de CO2 e que prossegue com a avaliação da área.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: Receita de petróleo eleva resultado primário

Arrecadação com leilões praticamente zera diferença entre despesa autorizada e teto de gastos

O dinheiro extra do petróleo dos dois leilões realizados nos últimos dias permitirá ao governo praticamente zerar a diferença que hoje existe entre a despesa autorizada e o limite total definido pelo teto de gastos e ainda ajudará no aumento do resultado primário do governo central neste ano.

A União terá cerca de R\$ 17 bilhões a mais de receitas, após dividir com Estados e municípios um terço da arrecadação extra deste ano com o leilão da área da cessão onerosa.

Para 2020, o cenário fiscal também pode acabar sendo melhor com os leilões de petróleo. Isso porque o governo quer tentar de novo leiloar as áreas da cessão onerosa que deram “vazio”, inclusive mudando o modelo de partilha para concessão.

No sistema atual, a receita esperada com os blocos de Sépia e Atapu era de R\$ 36,6 bilhões. No regime de concessão, o pagamento inicial pode ser maior, embora seja cedo para apostar em valores, até porque os dois campos não tiveram interessados.

Voltando a 2019, o nível atual de contingenciamento do Orçamento federal está na casa dos R\$ 15 bilhões, após duas liberações seguidas de espaço fiscal, em setembro e outubro (essa última feita de modo extraordinário). Conforme explicou fonte do governo ao **Valor**, do saldo bloqueado, R\$ 9,5 bilhões são de despesas que estavam programadas para capitalização de empresas estatais. A diferença é de gastos sujeitos ao teto constitucional que estavam travados e que agora poderão ser totalmente autorizados.

Já as despesas de capitalização devem ser apenas parcialmente descontingenciadas, para injetar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 4 bilhões na Emgeprom, estatal ligada à Marinha, segundo a mesma fonte. Assim, sobrariam entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões para reforçar o resultado primário no fechamento do ano.

Vale lembrar ainda que o governo já trabalha com a possibilidade de cerca de R\$ 15 bilhões em despesas autorizadas, mas não pagas, por causa do chamado “empoçamento”.

É nesse contexto que se insere a expectativa de que o resultado primário do governo central ficará entre R\$ 80 bilhões e R\$ 85 bilhões, o que, contudo, depende de outras variáveis ainda não conhecidas, como a performance das receitas administradas no fim do ano, repasse de dividendos de estatais e o comportamento da execução orçamentária, já que boa parte da liberação de espaço fiscal ocorreu mais recentemente, dando menos tempo para os gestores das áreas finalísticas pagarem as despesas contratadas.

A meta fiscal do governo central é de déficit primário de R\$ 139 bilhões. No acumulado em 12 meses até setembro, contudo, o resultado efetivo das contas é de saldo negativo em R\$ 102,8 bilhões.

O dinheiro do petróleo só entrará no caixa do Tesouro no fim do dezembro. Por isso, o governo não deve liberar toda a despesa contingenciada que estava aprovada para capitalização de empresas. Além disso, o governo considera que não há necessidade de fazer todo esse gasto com estatais neste momento.

No próximo dia 22, a equipe econômica divulgará novo relatório de receitas e despesas, apresentando suas novas projeções, já incorporando totalmente os R\$ 75 bilhões que serão arrecadados com os leilões, incluindo as premissas de pagamentos à Petrobras (R\$ 34 bilhões) e transferência a Estados e municípios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Mudança na lei, um novo dilema no Congresso

Está aberta oficialmente, com o segundo dia seguido de frustração com os leilões de petróleo, a temporada de caça aos culpados que quase ninguém enxergava até anteontem. A expectativa do governo era usar os eventos desta semana como uma demonstração do interesse de megainvestidores pelo Brasil. Chega-se à sexta-feira com relativizações e um debate instalado sobre o modelo de exploração do petróleo, mas ainda é cedo para dizer que o regime de partilha tem os dias contados.

No Congresso, ganha certa força a proposta de volta ao modelo de concessão ou de escolhas “à la carte” pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), dependendo da área licitada. “O regime de partilha está na origem dos problemas que precisam ser enfrentados”, afirma o deputado Christino Áureo (PP-RJ), que coordena a frente parlamentar para o desenvolvimento sustentável do petróleo e energias renováveis.

“À medida que [as grandes petroleiras] estão experimentando na prática os blocos arrematados um tempo atrás, chegam à conclusão de que, exceto em campos de alta produtividade, há dúvidas ou problemas adjacentes à partilha, e isso pesa. É chegada a hora de se mudar”, acrescenta Áureo.

O projeto de lei apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) em maio, que tramita atualmente na Comissão de Infraestrutura do Senado, é o candidato maior a concentrar os debates.

O PLS 3.178/19 não só elimina o direito de preferência da Petrobras, como também flexibiliza a exploração das reservas no polígono do pré-sal, permitindo o uso do regime de concessão em áreas que sejam menos rentáveis.

“A partilha não tem nada que ver com isso. É um exagero total”, responde o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), com a autoridade de ter sido um ministro de Minas e Energia (governo Michel Temer) elogiado pelo mercado e responsável pela retomada dos leilões de petróleo nos últimos anos. “Estão querendo arrumar um culpado pelo fracasso.”

Se a falta de interessados nesta semana fosse produto do regime de partilha ou de incertezas políticas, raciocina Coelho Filho, os blocos oferecidos na 4ª rodada do pré-sal teriam enalhado. Mas aquele leilão, em julho de 2018 e às vésperas de uma campanha presidencial no Brasil, teve ágio de até 500%. Atraiu pesos-pesados como Shell, Chevron, Exxon, BP, Statoil. “Se a partilha não prestasse, eles não teriam aparecido”.

Em um ponto, concordam um executivo da indústria petrolífera no exterior ouvido pelo **Valor** e uma autoridade da área energética: a competição acirrada e a chuva de boas ofertas em leilões anteriores se devem essencialmente à demanda represada das multinacionais estrangeiras por ativos no Brasil. Com a realização de novas rodadas, a partir de 2016, elas pisaram no acelerador e entraram com tudo na disputa. Quando o governo dobrou a aposta, elas não responderam. Até porque, comenta esse executivo, não se pode colocar todos os ovos na mesma cesta. O Brasil é interessante e merece receber dinheiro, mas há outros destinos também.

Se há uma companhia - essa sim - que precisa depositar no mercado brasileiro a maior parte de seus ovos é a Petrobras, observa outro ex-ministro de Minas e Energia, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). É quem tem expertise no pré-sal, disposta a atravessar diferentes ciclos políticos no país, interesse numa aposta de longo prazo por aqui.

O que falta, acredita Braga, não é uma mudança no marco legal. É comando do CNPE para cadenciar melhor a entrada da Petrobras nos leilões e sua distribuição por distintos consórcios com empresas estrangeiras. “O erro é ela ter 90% em um campo e nada em outro. Tenho certeza que, se tivesse 10%, 30% ou 40% em cada um dos campos, chamaria mais petroleiras para o certame. Ela deveria atuar como facilitadora da confiança. Qual é a âncora de estabilidade que eu posso ter no pré-sal? A Petrobras. Ela tem que ser usada como alavancagem nos leilões, sem olhar só para o Ebtida e para o resultado financeiro.”

Depois da frustração dos dois últimos dias e das declarações do governo na linha de revisar o marco regulatório, alguém longe de Brasília poderia imaginar que uma mudança na lei está prestes a ocorrer. Não é bem assim. Diz muito a reação de Eduardo Braga, uma espécie de referência para os colegas - costuma-se afirmar que, para onde vai o emedebista, vai o pensamento médio dos senadores.

“A Petrobras como operadora única e dona de 30% dos blocos era um exagero. O Brasil precisa de meios termos: nem uma política estatizante como a da Dilma, nem tão liberal como prega o Guedes.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto e Mariana Ribeiro — De Brasília

Título: Culpa é do modelo de partilha, diz Guedes

De acordo com o ministro, a modelagem dos leilões acabou afastando as grandes petroleiras internacionais

Após ver dois importantes leilões do pré-sal apresentarem resultados decepcionantes, o ministro da Economia, Paulo Guedes, atacou ontem o regime de partilha de produção e sinalizou a possibilidade de troca pelos tradicionais contratos de concessão. Guedes tratou do tema em uma palestra a servidores do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o ministro, a modelagem dos leilões acabou afastando os grandes atores internacionais da indústria. “Os 17 gigantes mundiais não compareceram. A Petrobras levou sem ágio. Saiu todo mundo da sala”, admitiu Guedes, antes de afirmar que a partilha, criada durante os governos do PT, é “ruim” e “usada em regimes corruptos da África”. Ele se referiu ao modelo como uma “herança institucional ruim”.

“Será que a concessão, que é usada no mundo inteiro, não é melhor que a partilha?”, indagou Guedes. “Quando formos para concessão, vai ter 17, 18 caras querendo comprar”, disse o ministro, referindo-se à preferência das empresas pelo modelo. Ele afirmou que “não existe leilão vazio em concessão”. “Se o negócio está ruim, você paga menos. Se está bom, paga mais. Aí uma porção de gente aparece.”

Guedes sinalizou que os campos de Sépia e Atapu, que não receberam propostas no leilão dos excedentes da cessão onerosa, poderiam voltar a ser oferecidos no mercado, porém a preços mais baixos ou por meio do regime de concessão. No último caso, disse ele, o governo poderia conseguir mais recursos

do que previa originalmente. A ausência de propostas pelos dois campos resultou em uma frustração de R\$ 36 bilhões para a União.

O elevado valor dos bônus de assinatura dos contratos, bem como incertezas sobre a compensação que deve ser paga à Petrobras são apontados como os principais fatores para o menor interesse dos investidores internacionais na cessão onerosa.

“É complicado pagar uma fortuna para entrar num quarto escuro com um Leviatã do óleo. Isso para depois entrar em outro quarto escuro com a PPSA [Pré-sal Petróleo S.A]. Não dá. Temos que refletir sobre isso”, afirmou o ministro, referindo-se ao elevado valor do bônus de assinatura, à sombra da Petrobras e ao modelo de licitação de petróleo e gás vigente no país.

Ele destacou que o governo ficou cinco anos negociando com a Petrobras e no fim “deu no-show”. “Tivemos uma dificuldade enorme para depois vendermos de nós para nós mesmos.”

Apesar das críticas ao modelo dos contratos, Guedes chamou de “extraordinário” o resultado do leilão e deu um panorama positivo para o futuro da Petrobras.

“Nossa maior empresa tem um futuro espetacular pela frente”, afirmou o ministro, que destacou as mudanças na gestão da companhia, que passará a ter uma operação menos diversificada. “Vai parar de vender chiclete e picolé em posto de gasolina e se concentrar em tirar óleo do fundo do mar”, disse.

A experiência da cessão onerosa também contribuiu, de acordo com Guedes, para um melhor entendimento do governo nas discussões do pacto federativo. A proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do tema foi entregue nesta semana ao presidente do Congresso Nacional. Para o ministro, os resultados decepcionantes dos leilões de petróleo servirão para reflexão e adaptação do governo à realidade do mercado.

“Nós destravamos o processo que estava travado há anos. Conseguimos com isso disparar todo o processo de governabilidade baseado no fortalecimento da federação, na descentralização de recursos, e vamos ter a flexibilidade de nos adaptarmos ao mercado que recebemos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Ultrapar confirma recuperação no 3º tri e ação sobe mais de 5%

Após alguns trimestres de expectativas frustradas, os resultados da Ultrapar vieram acima do esperado pelo mercado no terceiro trimestre e confirmaram a previsão de recuperação de desempenho dos principais negócios do grupo. Os analistas ainda se dividem quanto à tendência para os próximos balanços, mas a direção da companhia foi firme em indicar que o pior ficou para trás.

Essa mensagem e os números trimestrais positivos animaram os investidores, e as ações da holding fecharam o dia entre as maiores altas do Ibovespa, com valorização de 5,27%, a R\$ 20,58.

Em sua primeira participação em uma teleconferência de resultados trimestrais da Ultrapar, o presidente Frederico Curado falou sobre a estratégia para cada um dos cinco negócios - Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma - e reiterou que o grupo está acompanhando de perto a planejada privatização das refinarias da Petrobras.

Em sua avaliação, a venda do refino vai mudar a dinâmica do “downstream” no Brasil e traz oportunidades para três empresas do grupo que estão nessa cadeia de valor: Ultracargo, Ipiranga e Ultragaz. Por essa razão, o grupo entende que “tem um papel a desempenhar nessa possível transformação do setor”.

Dona de praticamente toda a capacidade de refino nacional e, no intuito de abastecer todo o país, a estatal montou um sistema de abastecimento que funciona nacionalmente, mas não necessariamente regionalmente, comentou. “Vemos oportunidades de adensamento de corredores logísticos junto com a própria refinaria e na distribuição”, acrescentou.

Sobre a venda da Liquigás por R\$ 3,7 bilhões para um consórcio formado por Copagaz, Itaúsa e Nacional Gas Butano, a percepção é a de que a operação é mais positiva do que negativa para a Ultragaz, empresa de distribuição de GLP do grupo. O preço surpreendeu por ser elevado, mas a entrada de um acionista como a Itaúsa nesse mercado é bem-vinda, embora desafie a Ultragaz a manter seu papel de liderança. “Ajuda a elevar o nível da competição, no sentido de qualidade, busca de rentabilidade de longo prazo e governança”, disse.

De julho a setembro, a Ultrapar reportou receita líquida de R\$ 23,2 bilhões, acima dos R\$ 22,8 bilhões estimados em média por Santander, J.P. Morgan, Morgan Stanley, BTG Pactual, Safra e Bradesco BBI, e 7% maior do que o verificado no segundo trimestre. Já o resultado antes de juros, impostos,

depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 934 milhões foi bem melhor do que os R\$ 861,3 milhões esperados, sem os ajustes relacionados ao IFRS 16, e superou em 51% o resultado registrado no trimestre anterior.

A estrela do balanço foi a Ultragaz, com desempenho superior ao estimado pelo mercado e resultado operacional recorde de R\$ 174 milhões, beneficiada sobretudo pela queda dos preços do gás a granel no intervalo. Para o BTG Pactual, a distribuidora GLP trouxe números fortes e pouco usuais para um negócio tão maduro.

“Perguntamo-nos se a queda acentuada nos custos de gás a granel não permitiu que a Ultragaz se beneficiasse momentaneamente de spreads mais altos em relação ao preço de venda no trimestre”, escreveram os analistas Thiago Duarte e Pedro Soares. De acordo com o diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar, André Pires, houve, de fato, o benefício da sazonalidade e da queda de preços, mas a rentabilidade alcançada no intervalo é sustentável.

Maior negócio do grupo, a Ipiranga apresentou forte recuperação de volume e margem. O Ebitda ajustado por metro cúbico de R\$ 109 veio bem acima dos R\$ 99 do trimestre anterior. “Esperamos que esse número continue a melhorar no quarto trimestre, uma vez que o mix de gasolina é tipicamente mais forte nesse período”, escreveu o analista Vicente Falanga, do Bradesco BBI.

Conforme Pires, a expectativa é de melhora nos resultados da Ipiranga tanto na comparação trimestral quanto anual, na esteira da dinâmica mais positiva do mercado de distribuição de combustíveis e das iniciativas de redução de custos e aumento de eficiência que estão em curso. O Ultra vê oportunidade de redução de custos e otimização de logística de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões nos próximos 12 a 18 meses na Ipiranga.

Na Oxiten, a queda dos preços do eteno e a pressão desse movimento sobre as cotações dos glicóis devem manter as margens pressionadas no curto prazo. A Ultracargo deve se beneficiar da capacidade adicional de tancagem nos próximos trimestres e a Extrafarma, que pela primeira vez desde que foi comprada teve geração de caixa positiva (de R\$ 17 milhões), a tendência é de melhora consistente dos resultados na comparação anual.

Olhando para a frente, porém, os analistas ainda estão divididos. O BTG Pactual ainda não se convenceu quanto à manutenção da trajetória de melhora das margens de Ultragaz, Ipiranga e Oxiten. Para o Bradesco BBI, o pior ficou de

fato para trás e os resultados devem começar a melhorar a partir de agora diante de volumes mais altos na Ipiranga e maior diluição de custos, diante da retomada da atividade econômica, de resultados médios mais fortes para a Oxiten e Ultragaz e da queda nas taxas de juros, que pode sustentar o resultado final da Ultrapar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Em duas tacadas, Copagaz vira líder em distribuição de GLP

Com duas transações acionárias relevantes e vinculadas, a distribuidora Copagaz se tornou a líder do mercado brasileiro de gás liquefeito de petróleo (GLP). A primeira operação foi a venda de participação de 49% para a empresa de investimentos Itaúsa, aumentando a musculatura da companhia para a disputa pela Liquigás, que pertencia à Petrobras. Em consórcio com a Nacional Gás Butano, a Copagaz fortalecida comprou a Liquigás por R\$ 3,7 bilhões - e sua participação de mercado saltou de 8,7% para 25,5% (considerando a proporção do consórcio).

A entrada da Itaúsa no capital da Copagaz está condicionada à aprovação da aquisição da Liquigás, apurou o **Valor**. A negociação com a Petrobras inclui uma taxa de insucesso ("break-up fee", no jargão do mercado) de 10% do valor da transação - caso não haja aprovação regulatória, por exemplo. A entrada da Nacional Gás no consórcio foi justamente um "remédio" para evitar qualquer empecilho na aprovação do negócio, conforme as fontes.

Essa precaução se deve à reprovação, em 2017, da venda da Liquigás para a então líder do mercado, a Ultragaz. Com o veto do Cade, a Ultragaz teve que pagar a multa de insucesso - à época, de R\$ 280 milhões, correspondente a 10% do valor da transação. "No fim das contas, com esse veto há dois anos, a Petrobras trocou uma transação de R\$ 2,8 bilhões por R\$ 4 bilhões", diz um executivo, considerando a soma da taxa recebida no passado com o valor da negociação atual.

A conclusão da venda da Liquigás será no ano que vem, afirmam duas fontes. Dentro de uma semana, a Petrobras deve submeter a venda ao conselho de administração e então as empresas assinarão contrato. A partir daí, a operação será submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Com esse processo, o 'closing' será certamente no ano que vem", diz um executivo. "Na estimativa mais otimista, será entre junho e julho e, na pessimista, em dezembro", complementa outra fonte.

O pagamento será à vista, nesta etapa final, com o dinheiro indo direto para o caixa da Petrobras. O consórcio já tem financiamento bancário para esse pagamento, firmado em sindicato de Bradesco e Itaú, apurou o **Valor**.

A estimativa é que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) combinado da empresa líder ficará na casa de R\$ 350 milhões. As empresas projetam principalmente ganhos de sinergia operacional. “Não é sinergia comercial, uma vez que esse segmento já é bastante competitivo, mas operacional e administrativa”, diz um executivo. “A combinação operacional permite ganho de logística, por exemplo, já que elas têm diferentes bases de distribuição e armazenamento de botijão”, complementou.

O **Valor** apurou que a BR Partners assessorou a Copagaz na transação, enquanto a One Partners assessorou a Itaúsa. A Nacional Gas negociou diretamente. O Santander assessorou a Petrobras.

As companhias definiram que vão manter a marca Liquigás, que é mais forte do que a das compradoras em algumas regiões. De acordo com uma fonte, a logomarca da Liquigás precisará ser alterada, uma vez que a Petrobras exige mudança das cores - para não remeter à estatal e confundir o consumidor final.

Quando a transação voltou a mercado, após o veto do Cade, estimava-se que o preço oferecido pela Ultragaz seria o teto para os novos lances. Uma fonte explica, no entanto, que a mudança de contexto - com melhora econômica em relação há dois anos - e o barateamento de funding ajudaram a subir o valor. Além disso, para este consórcio, as potenciais sinergias também são altas. O fundo árabe Mubadala e a distribuidora Consigaz também disputavam a Liquigás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Braskem enxuga estrutura e mira Ásia

Mais enxuta, companhia brasileira incorpora mercado asiático como nova área a ser explorada

Maior petroquímica das Américas, a Braskem está implementando uma nova estrutura administrativa, mais enxuta e alinhada a sua estratégia de longo prazo, que incorporou a Ásia como nova geografia a ser explorada. As sinergias devem passar pelo ajuste no número de funcionários, mas conforme a petroquímica não há um número ou meta sobre a mesa. Fontes ouvidas pelo **Valor**, porém, estimam que os cortes na camada intermediária da hierarquia

podem girar entre 80 e 100 profissionais. No mundo, a Braskem tem cerca de 8,2 mil funcionários.

O novo modelo de organização, que comporta dez vice-presidências e abandona o arranjo anterior de unidades de negócios, começou a ser formatado no ano passado. Esses trabalhos acabaram interrompidos quando a Odebrecht entrou em conversas exclusivas com LyondellBasell para venda da petroquímica brasileira.

Com o encerramento das negociações, em junho, e num momento de baixa do ciclo petroquímico, que indica que será mais longo do que o esperado, a Braskem voltou ao assunto e desde o mês passado está implementado as mudanças. Segundo o vice-presidente de Pessoas, Comunicação Corporativa, Marketing e Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Marcelo Arantes, os conceitos que sustentam a nova estrutura são “globalização, simplificação, integração de processos e sinergias, olhando para o futuro” da companhia.

Nesse sentido, por exemplo, a vice-presidência de Europa ganhou novo continente e o executivo Walmir Soller passou a responder por Europa e Ásia. Com vistas a mapear oportunidades no mercado asiático, a Braskem recém-contratou um líder para a região, Roger Marchioni.

A Ásia concentra dois terços do negócio químico mundial e, hoje, a brasileira tem presença tímida na região. Ainda não está claro se a Braskem terá presença fabril no mercado asiático. A ideia, com a nova estrutura, é justamente avaliar qual é a melhor operação para avançar sobre a região.

Inspirada em modelos já utilizados por suas pares globais, entre as quais Sabic, LyondellBasell, Dow e Exxon, a companhia está mudando sua forma de operar. Antes, cada unidade de negócio contava com líder próprio e estrutura independente. Em busca de mais agilidade, a gestão comercial e a de manufatura foram segregadas em posições diferentes.

As mudanças acontecem em um momento tenso entre os principais acionistas da Braskem - Odebrecht e Petrobras - no que se refere à gestão da petroquímica. Conforme informou o **Valor** na semana passada, a estatal pediu à Odebrecht a mudança no comando da Braskem. A controladora, porém, disse em nota que confia plenamente na administração da petroquímica.

Na presidência da Braskem desde 2016, Fernando Musa assumiu a companhia no auge das turbulências da Operação Lava-Jato, na qual a empresa esteve envolvida. Após a assinatura do acordo de leniência, dedicou-se a refazer a marca da empresa e a colocar em marcha a nova estratégia de longo prazo. No campo dos recursos humanos, após a mudança no modelo de gestão de

peessoas, o passos seguinte foi justamente a adoção de uma nova estrutura administrativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado, Lucas Hirata, Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Ana Carolina Neira — De São Paulo

Título: Ibovespa bate recorde, mas leilões pesam no câmbio

Se os investidores de câmbio ficaram frustrados com a demanda estrangeira nos megaleilões do pré-sal, o mesmo não se pode dizer daqueles que aplicam em ações, sobretudo na Petrobras. Em um dia de exterior positivo para ativos de risco, os agentes de mercado optaram por comprar mais papéis no Brasil e apostar na estatal de petróleo, que parece ter sido a grande vitoriosa dos certames. Sem demanda estrangeira, porém, esfriaram as apostas de dólar abaixo dos R\$ 4.

A procura por ativos de risco globalmente e pelas ações da Petrobras conduziram ontem o Ibovespa a um novo recorde de 109.581 pontos, em firme alta de 1,13%. Sem a perspectiva de mais dólares no país a partir dos megaleilões, porém, o dólar terminou em R\$ 4,0914, com alta de 0,25%, na contramão do que se viu em outras moedas emergentes. Na máxima, a divisa americana chegou a tocar os R\$ 4,10, enquanto o Ibovespa renovou recorde também intradiário, em 109.672 pontos.

Segundo a última pesquisa Focus, a mediana da projeção das instituições para o câmbio era de R\$ 4 no fim de 2019. No entanto, algumas casas ainda enxergavam espaço adicional para queda, cenário que ficou mais distante no momento. Como o fim de ano é tradicionalmente um período de saída de recursos do Brasil, a avaliação é que acabou a janela para apreciação da moeda brasileira. “[O leilão] era o último evento que poderia fazer preço no câmbio. Agora não tem mais”, diz Vitor Carvalho, sócio e gestor da Laic.

Uma das casas a entrar na lista das que revisaram as previsões é a GO Associados, que subiu sua projeção de R\$ 3,90 para R\$ 4. “Houve uma decepção relativa com o resultado do leilão”, diz Alexandre Lohmann, economista da casa.

O Mizuho foi outra instituição que alterou sua projeção de fim de ano, de R\$ 4 para R\$ 4,05. “Antes, o viés para nossa projeção era para baixo. Agora, é para cima”, diz o estrategista-chefe do banco no Brasil, Luciano Rostagno.

Os analistas consultados, no entanto, ressaltam que a decepção com os dois leilões - de excedentes da cessão onerosa e na rodada de partilha de produção - deve se mostrar apenas um ruído de curto prazo, que não afeta a perspectiva de médio prazo para o Brasil. “O que vai atrair capital para o país são as concessões e privatizações, e o governo está trabalhando nisso. [O resultado dos megaleilões] não foi bom, mas não muda a perspectiva futura, somente a de curto prazo”, diz Jason Vieira, gestor da Infinity Asset.

Mesmo no curto prazo, porém, outras forças podem se contrapor à frustração com o fluxo que não virá, impedindo que o dólar se valorize demais nas próximas semanas, avaliam alguns profissionais. Para a economista-chefe do J.P. Morgan para Brasil, Cassiana Fernandez, a recuperação ainda que gradual da atividade doméstica, a melhora no sentimento sobre a guerra comercial entre China e Estados Unidos e as contas externas ainda sólidas vão ajudar a manter o câmbio ao redor do nível atual até o fim deste ano.

Essa percepção positiva generalizada, amparada tanto pela melhora de fundamentos do Brasil quanto pelas conversas amigáveis entre americanos e chineses no âmbito comercial, também se refletiu em ativos líquidos da bolsa, como bancos, e na própria Petrobras. Ontem, houve avanço robusto das ações da estatal: 3,21% a ordinária (ON) e 4,01% a preferencial (PN), ambas com intenso giro financeiro. Com cerca de 11% de peso dentro do Ibovespa, a estatal avança e leva consigo o próprio índice.

De um lado, a companhia se beneficiou da procura dos estrangeiros por ações do Brasil, em linha com o exterior, onde o aparente avanço no acordo comercial sino-americano conduziu o avanço das bolsas de Nova York e dos maiores ativos emergentes e brasileiros negociados por lá.

Além disso, a avaliação é que a Petrobras saiu vitoriosa dos dois leilões realizados nos últimos dias, depois de arrematar as áreas mais produtivas - Búzios e Itapu, no leilão de excedentes da cessão onerosa, e Aram, na rodada de partilha. Em termos de arrecadação federal, gestores são claros em classificar que houve frustração com a baixíssima adesão estrangeira, mas não houve uma perda de compromisso da estatal com seu nível de endividamento, cujo controle é garantido por venda de ativos e expansão da produção - ontem,

inclusive, o mercado recebeu bem à notícia de que a estatal fechou a venda da Liquigás.

“Qualitativamente, o leilão de partilha foi pior do que a licitação de excedentes da cessão onerosa para o governo. Foi um processo complexo e caro, como se viu na baixa adesão de estrangeiros. No entanto, para a Petrobras, ambos eventos foram bons, ela vai investir em campos robustos, que ela já conhece, e a preços razoáveis”, afirma um gestor de um grande fundo com posição nas ações da estatal, que prefere não ser identificado.

Para o gestor Victor Candido, da Journey Capital, o clima mais otimista visto na bolsa de valores foi reflexo de “ânimos mais calmos” após a intensa volatilidade observada no pregão da véspera, tanto no câmbio, quanto nas ações. “O mercado ainda está digerindo o que aconteceu no leilão de excedentes, apontado por muitos como uma frustração. Agora, estamos vendo que não foi o fim do mundo, nem da Petrobras”, diz ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/11/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

Título: Concentração em usinas e CDI atrapalham CRAs

Quatro ofertas de papéis de usinas de açúcar e álcool disputaram a atenção do investidor de varejo nas últimas semanas e comprovaram a tese de que o mercado está cada vez mais seletivo na compra de papéis.

Quase ao mesmo tempo, Açucareira Quatá (Zilor), Colorado e Adecoagro saíram com ofertas de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). As duas primeiras não alcançaram a demanda esperada; e a última ainda está em andamento. Além dessas, depois de ficar seis meses aberta, a Coruripe deverá encerrar a operação na semana que vem.

As operações foram ofertadas para o varejo, via Instrução CVM 400, e o CRA oferece isenção de Imposto de Renda para a pessoa física. As ofertas enfrentaram algumas dificuldades pela concentração setorial, especificidades de cada empresa e, também, pelo momento atual de reprecificação do crédito privado.

A oferta da Adecoagro está em andamento e as reservas dos investidores podem ser feitas até o dia 11. A empresa busca R\$ 400 milhões e tenta

emplacar os papéis em duas séries: uma atrelada a 104% do CDI com prazo de seis anos; e outra a IPCA + 3,80% ao ano, com prazo de oito anos.

A empresa possui três moinhos, em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul, com capacidade instalada de 14,2 milhões de toneladas ao ano. E, segundo a Eleven, foi uma das poucas do setor a apresentar crescimento de receitas e margens relativamente robustas em 2018.

Os especialistas da casa de análise recomendaram a compra somente da série atrelada ao IPCA. Eles consideraram que a série CDI só faria sentido se o percentual ficasse entre 108% e 109%.

Papéis atrelados ao CDI têm sido rejeitados pelos investidores, pois no cenário de taxa Selic na mínima histórica e com perspectiva de queda, eles tendem a ter retorno cada vez menor. Algumas emissões têm vindo a mercado sem elevar os percentuais, para adequarem-se a essa nova realidade.

Daniel Pegorini, sócio da Valora Investimentos, lembra que essas operações demoram de dois a três meses para serem estruturadas e lá atrás talvez a questão do CDI ainda não estivesse tão aguda. Mas, agora, esse indexador tem sido evitado pelo mercado, inclusive com investidores vendendo papéis com essa remuneração, o que acaba gerando oportunidades no mercado secundário.

“Com esse ajuste de preços, acredito que quaisquer dificuldades nas emissões tenham vindo mais desse movimento do que por conta de questões específicas das operações ou do ativo”, afirma Pegorini. Por conta desse ajuste de taxas, ele conta, houve situações de papéis de empresas “AAA” no mercado secundário estarem com taxas semelhantes ao dessas operações primárias, de empresas com rating menor. “Fica difícil competir”, afirma ele.

Odilon Costa, analista da Eleven, destaca que quase um terço das ofertas ICVM 400 deste ano foram do setor sucroalcooleiro, o que implica em pouca margem para diversificação do risco de crédito. “A maioria das usinas está localizada na região centro-sul e, consequentemente, sujeita a condições climáticas muito parecidas e a riscos semelhantes”, diz.

Segundo Costa, existem algumas diferenças microeconômicas relevantes entre os usineiros, como o viés de produção (mais açucareiro ou alcooleiro), a flexibilidade de mudar o mix quando necessário e o nível de governança corporativa. E há, também, empresas mais ou menos endividadas e CRAs com níveis distintos de complexidade. Desde janeiro, as sucroalcooleiras já captaram cerca de R\$ 4 bilhões via CRA. Houve emissões de nomes mais “high grade”, como Raízen, Adecoagro e São Martinho; e mais “high yield”, como Coruripe e Zilor.

Nesse panorama, a usina Colorado, que buscava R\$ 200 milhões para um prazo de cinco anos e remuneração de CDI mais até 1,35% teve de suspender a operação, diante da falta de demanda. A operação é coordenada por Itaú BBA, BNP e Santander. O **Valor** apurou que ela poderá ser retomada no mês que vem. Nesse caso, a Eleven apontou que a taxa ofertada estava menos atrativa do que a de emissões “high grade” do setor e o pacote de garantias e covenants era insuficiente para mitigar o risco de liquidez da devedora.

A Açucareira Quatá (Zilor) lançou uma oferta de R\$ 700 milhões em CRAs, que, de acordo com informações de mercado, fechou em R\$ 600 milhões, contando com a garantia firme dada pelos coordenadores, XP e Itaú BBA. A XP só teria conseguido vender na plataforma perto de R\$ 30 milhões, conforme fontes. Essa operação foi a segunda que veio a mercado tendo como garantia créditos do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA).

A primeira oferta que veio com esse tipo de garantia foi a da Coruripe, que fez uma distribuição continuada na plataforma da XP destinada a investidores qualificados. A empresa busca R\$ 800 milhões, que serão cruciais para solucionar problemas de liquidez de curto prazo da usina. De acordo com fontes, até o momento a XP conseguiu vender R\$ 220 milhões. Todos os coordenadores das emissões foram procurados, mas não deram entrevista, por conta do período de silêncio dessas operações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: F.N. e D.L. RIO

Título: País perdeu ‘timing’ do pré-sal, avalia ministro

O Brasil perdeu o “timing” do pré-sal. Agora, o governo avalia como vai se adaptar ao cenário global de transição energética para uma economia de baixo carbono. O plano não é diminuir o peso das fontes fósseis na economia, mas, acelerar a produção, só que em condições mais favoráveis às empresas petroleiras. A visão do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, é que o País deixou passar a oportunidade de vender o pré-sal quando o barril do petróleo estava em alta, na casa dos US\$ 100.

A solução avaliada hoje passa por mudanças regulatórias, que devem deixar os projetos mais baratos e retrain a presença do Estado nos ativos. O principal argumento é que estimular a atividade produtiva e a geração de renda é a melhor maneira de cuidar do meio ambiente. A justificativa é a mesma usada pelo governo para avançar com a mineração em reservas florestais e com o

turismo em parques nacionais, como o de Fernando de Noronha, em Pernambuco.

“O mundo ainda é extremamente dependente do óleo. Se a gente olha a África, muitos países não têm (acesso à energia). Combater a pobreza energética ainda é uma luta no nosso mundo que acaba sendo mais prioritária do que a transição”, afirmou a secretária de Petróleo e Gás Natural do MME, Renata Isfer. Para ela, o gás natural e o etanol são as melhores opções do Brasil para se inserir numa economia de baixo carbono. Entre as empresas petroleiras, a preocupação é que a pressão dos consumidores por fontes de energia mais limpas e a substituição gradativa dos fósseis derrubem o preço do petróleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Política

Autor: Mariana Haubert / BRASÍLIA

Título: Maia ataca proposta de garimpo em terra indígena

Presidente da Câmara diz que arquivará projeto que autoriza atividade nas áreas demarcadas, proposta pelo governo

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou ontem o projeto que o governo pretende enviar ao Congresso para legalizar a mineração em terras indígenas e disse que o País não crescerá apenas com as reformas econômicas. Em entrevista ao canal GloboNews, Maia disse que vai arquivar a proposta se ela chegar à Casa. “A argumentação que eu vi hoje do **ministro (Bento Albuquerque, de Minas e Energia)** não está adequada. Não é porque tem garimpo ilegal que a gente vai tratar de legalizar o garimpo. Temos que, primeiro, combater o que é ilegal e fazer um amplo debate sobre esse tema.

O tema do garimpo não é simples e o tema do garimpo em terra indígena é mais complexo ainda”, afirmou Maia, ao sair de um evento na Câmara. Para ele, o Estado brasileiro precisa cumprir sua parte no combate ao que é ilegal e depois discutir se há espaço e quais são as condições para avançar com o debate sobre o tema. Maia também criticou o governo por não promover um maior diálogo sobre o projeto e lembrou que ele deverá ser apresentado no momento em que o Brasil é criticado no exterior em relação a problemas no meio ambiente. “As reformas, por si só, não vão fazer este Brasil crescer. A proteção do meio ambiente, nossa democracia, o bom diálogo com nossos vizinhos e com outros países é que vai fazer esse País crescer”, afirmou.

Em agosto, o Estado mostrou que a determinação do governo federal de permitir a exploração mineral em terras indígenas tem potencial para afetar

quase um terço das reservas no País. Prevista na Constituição de 1988, a atividade em territórios demarcados nunca foi regulamentada e é alvo de discussão no Congresso há décadas. O assunto foi tratado com insistência pelo presidente Jair Bolsonaro, declaradamente favorável à mineração em áreas indígenas, inclusive demarcadas. Segundo cálculos do Instituto Socioambiental (ISA), havia em agosto 4.332 requerimentos para exploração do subsolo em 214 das 735 áreas indígenas registrados na Agência Nacional de Mineração – 29,1% do total, inclusive nos parques indígenas de Tumucumaque (AP e PA), Araguaia (TO) e Aripuanã (MT).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O megaleilão do pré-sal

Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha reiterado ontem que o megaleilão do pré-sal realizado na véspera foi um sucesso – “foi o maior leilão do mundo até o momento” –, o fato de a área técnica do governo admitir a necessidade de mudanças nas regras para os próximos leilões é o reconhecimento de que os resultados causaram alguma frustração. O leilão de excedentes da cessão onerosa do pré-sal foi, de fato, “o maior leilão” do mundo na área de petróleo e permitiu ao governo levantar R\$ 69,9 bilhões, recursos que serão repartidos entre a União, Estados, municípios e a própria Petrobrás, a grande interessada no negócio. A despeito de suas dimensões, o valor alcançado é bem inferior aos R\$ 106,5 bilhões previstos pelo governo.

Não houve disputa, pois as gigantes globais do setor não fizeram ofertas, apenas duas das quatro áreas foram arrematadas (pelo valor mínimo) e tudo dependeu da Petrobrás, responsável por praticamente 90% do valor da operação (a estatal atuou em sociedade com duas companhias chinesas). Na 6.ª rodada de licitações de partilha, realizada no dia seguinte, o resultado foi igualmente frustrante. Das cinco áreas ofertadas, quatro não receberam nenhuma oferta. Novamente a Petrobrás foi a grande responsável, com a participação de uma sócia minoritária também chinesa, pelo arremate do único bloco leiloado. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, admitiu que o direito concedido à Petrobrás para que se manifeste sobre as áreas de seu interesse e indique quais operações pretende liderar com a participação de 30% do capital “reduz a atratividade do certame”.

Albuquerque informou que o Ministério tem propostas para melhorar o regime de partilha, por meio do qual a empresa contratada divide com a União uma determinada parcela da produção de óleo e gás de acordo com critérios

contratuais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, atribuiu a esse regime a ausência das grandes companhias no leilão de quarta-feira passada. Guedes adiantou que o governo pode alterar as regras do próximo leilão da área do pré-sal, utilizando o regime de concessão. Por esse regime, a empresa assina contrato com a União, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e fica responsável pela exploração e produção, assumindo os riscos do investimento e tendo a propriedade do que descobrir e extrair. São indicações de que novas regras serão utilizadas nos novos leilões, que incluirão as áreas não arrematadas nesta semana.

As mudanças poderão tornar essas áreas mais atraentes para as operadoras globais do setor. Além das regras, outros fatores podem ter afastado as empresas privadas dos leilões. Não havia clareza sobre os volumes de óleo contidos nos excedentes (as estimativas da ANP eram de 6 bilhões a 15 bilhões de barris). Mas, sobretudo, não havia cálculos precisos e confiáveis sobre quanto as empresas vencedoras teriam de pagar à Petrobrás a título de compensação financeira pelos investimentos já realizados nas áreas de cessão onerosa. Embora haja regras para o cálculo dessa compensação, o número final terá de ser negociado pela empresa vencedora com a estatal. Igualmente pouco atraente foi o valor do bônus de assinatura do leilão, os R\$ 106,5 bilhões esperados pelo governo, o que, para alguns analistas, indicava um apetite fiscal exagerado.

Se o resultado fosse o esperado, uma parcela de R\$ 70,77 bilhões seria paga ainda em 2019; a outra, de R\$ 35,79 bilhões, em 2020. Isso ajudaria a melhorar substancialmente, e de imediato, as contas públicas. O resultado alcançado com o leilão forçará o governo a rever suas projeções para a política fiscal. Haverá mais dificuldades do que as previstas para gerir as contas públicas no ano que vem. Tudo isso se somou a um período em que boa parte das gigantes do setor de petróleo ainda digere os grandes investimentos realizados nos últimos anos em exploração offshore. Os resultados desses investimentos estão atrasados ou são escassos, impondo maior rigor na definição de novos planos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / RIO

Título: 'A Petrobrás não quer privilégio ou preferência'

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás

Para executivo, falta de interesse de investidor pode ter sido causada pelo sistema regulatório complicado do País

O sistema regulatório do Brasil é complicado e isso acaba pesando na avaliação de qualquer companhia, disse ao Estadão/ Broadcast o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, ao ser questionado sobre o motivo da ausência das grandes petroleiras internacionais no leilão do excedente da cessão onerosa e na 6.ª Rodada de Partilha de Produção. O executivo afirma que a Petrobrás não quer ter nenhum privilégio ou preferência e que “abomina monopólios”. A incerteza sobre a compensação financeira a ser paga à Petrobrás foi apontada como um dos motivos do escasso interesse no leilão da cessão onerosa. “Temos de ter um ambiente mais pró-mercado”, defendeu, afirmando que concorda com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para quem o modelo de partilha adotado no pré-sal brasileiro é uma herança institucional ruim.

Como o sr. avalia o resultado do leilão de hoje (ontem)?

Por lei, a Petrobrás é obrigada a manifestar com antecedência se tem interesse no bloco X, Y ou Z. Isso não significa que a Petrobrás vai fazer uma proposta, porque depende de uma avaliação criteriosa. Achamos que o ativo mais atrativo em termos de risco e retorno era o campo de Aram.

E os outros blocos em que a Petrobrás manifestou interesse?

Nos outros, mesmo que mais alguém manifestasse interesse não iríamos exercer o direito de preferência (em Norte de Brava e Sudoeste de Sagitário). Aliás, a Petrobrás não quer nenhum privilégio, nenhuma preferência. Ela abomina monopólios e o exemplo disso é que estamos vendendo 50% do nosso parque de refino e nos comprometemos com o governo em sair totalmente da distribuição e transporte de gás, reduzindo nossa participação como compradores de gás de outras fontes.

Como o sr. interpreta a ausência das grandes petroleiras internacionais nos leilões do pré-sal? Isso é um recado sobre o modelo ou o problema são os ativos?

Em geral são ativos bons. Talvez tenha sido toda a complicação que é o sistema regulatório no Brasil. Isso deverá fazer com que o governo reflita sobre a estrutura regulatória e resolva mudá-la. O Brasil é muito complicado e essas complicações não existem em outros lugares. Você vai para a Guiana, que tem bons ativos no fundo do mar, não tem nenhuma complicação (regulatória). Vai para os Estados Unidos, no shale gas, não tem conteúdo local, regime de partilha, PPSA, cessão onerosa, preferência para uma empresa. Isso acaba pesando na avaliação de qualquer companhia.

O que precisa mudar?

Somos a favor da simplificação. Agora, a decisão é do governo. Petrobrás não é governo.

O sr. concorda com a declaração do ministro Paulo Guedes (Economia) de que o modelo de partilha é uma “herança institucional ruim”?

Sim, concordo. Como falei, as coisas que funcionam bem são as coisas simples. O mercado não gosta de coisas complicadas. O Brasil tem riquezas minerais muito valiosas, o que é uma condição necessária para atrair investimentos, mas não suficientes. Temos de ter uma ambiente mais pró-mercado.

O diretor de Exploração e Produção da Petrobrás mencionou que a estatal pode usar linhas de financiamento para arcar com o custo dos leilões. Pode dar detalhes?

Isso é questão interna. Posso dizer que vamos chegar ao fim do ano com o mesmo endividamento de setembro. Não vamos aumentar em nem mais um dólar a dívida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes Mariana Durão / RIO

Título: Governo avalia mudar regras para o pré-sal após novo leilão sem disputa

Petróleo. De cinco blocos oferecidos, só um foi arrematado pela Petrobrás, em associação com estatal chinesa; ministro da Economia afirma que ‘entendeu recado’ da falta de concorrência e que pode rever preços e também modelo de concessão nas próximas licitações

Pelo segundo dia consecutivo, as grandes petroleiras estrangeiras sumiram do leilão de áreas de petróleo promovido pelo governo brasileiro. A ausência foi entendida por autoridades e analistas como um recado de que o atual modelo se esgotou. Os leilões desta semana seguiram o regime de partilha, que foi duramente criticado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A intenção, segundo ele, é adotar também nas áreas de petróleo do pré-sal o regime de concessão, utilizado no Brasil desde 1999 para a venda de blocos localizados na camada pós-sal.

“Entendemos o recado e podemos pensar em rever preços ou mudar para concessão”, disse. No modelo de partilha, a Petrobrás tem direito de preferência em todas as áreas no limite de até 30% de participação e vence a disputa quem oferecer um percentual de óleo maior para a União. Já no regime

de concessão, a estatal perde esse privilégio e ganha quem oferecer o maior lance em dinheiro.

Mesmo tendo exercido ontem seu direito de preferência no leilão em três dos cinco blocos ofertados, a Petrobrás comprou, em conjunto com a chinesa CNODC, apenas o bloco de Aram, o maior e mais caro da rodada. As duas empresas vão pagar R\$ 5,05 bilhões pela área e foram as únicas, das 17 habilitadas, a participar da 6.ª Rodada de Partilha de Produção.

Surpresa. A falta de concorrência surpreendeu o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, que dava como certa a venda de pelo menos três dos cinco blocos. “Queria que o leilão tivesse tido mais competitividade. Fui surpreendido pelo fato de a Petrobrás não ter exercido seu direito de preferência em três áreas? Sim”, afirmou, reforçando o coro para mudanças nas regras para atrair mais concorrência. Segundo Oddone, chegou ao fim a “era dos bônus bilionários”, já que as áreas nobres do pré-sal estão se esgotando e os leilões terão de partir para novas fronteiras, onde o risco do produtor é maior e, por isso, o valor cobrado (bônus de assinatura) terá de ser menor.

Para Guedes, o regime de partilha é uma “herança institucional ruim” de governos passados. “Conversamos cinco anos sobre cessão onerosa e, no fim, deu “no show”, vendemos para nós mesmos”, reclamou, referindo-se ao fato de a Petrobrás ter sido a única compradora expressiva nos dois leilões realizados esta semana: do Excedente da Cessão Onerosa e a 6ª Rodada de Partilha de Produção. “Com esse modelo de partilha não tem leilão. O que a Petrobrás quer, ela leva. O que sobra, fica com as demais. As concorrentes só levam se fizerem consórcio (com a Petrobrás)”, disse o ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e consultor David Zylberstajn.

Para analistas, os R\$ 5,050 bilhões do leilão de ontem somados aos R\$ 69,9 bilhões do megaleilão de quarta-feira são um saldo positivo, mas que poderia ter sido muito melhor. Somente este ano, o governo já arrecadou R\$ 85 bilhões em leilões de petróleo, o que vai levar à redução expressiva do déficit fiscal. Guru informal de Paulo Guedes, o professor Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial (CEM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Banco Central (BC), também atribuiu a questões regulatórias o fracasso dos leilões.

“Para os megainvestimentos, como são esses do excedente da cessão onerosa, faz diferença, sim, a questão de concessão versus partilha. Talvez (a falta de lances) tenha sido um sinal interessante para chamar a atenção de que precisamos continuar avançando. Assim como flexibilizamos a questão do operador único (na regra original, só a Petrobrás podia operar) e do conteúdo

local, falta rever essa questão da partilha, que é um modelo ineficiente”, afirmou Langoni. A mudança regulatória para o pré-sal já era alvo de análise no Congresso Nacional antes mesmo da realização dos dois leilões do pré-sal. Com o resultado negativo, ganhou força a ideia de alterar as regras. / COLABORARAM VINICIUS NEDER E EDUARDO RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: Agora vai

Mesmo que o resultado do megaleilão tenha jogado água no chope, esta foi uma boa semana para economia. O Relatório Focus aponta inflação baixa, redução da taxa básica de juros e melhora nas projeções para o crescimento de 2020. Sempre é preciso cautela com essas estimativas. Vamos lembrar que o ano começou com expectativa de 2,8% para o PIB e vai terminar perto de 1%. Claro que a crise da Argentina e a tragédia de Brumadinho atrapalharam. Mas não se pode desprezar o erro estratégico do governo de colocar todas as fichas na reforma da Previdência, gerando uma paralisia dos investimentos no 1.º semestre. A perda de momentum no Senado no 2.º semestre não abalou a fé dos investidores. Sem esses fatores negativos, a retomada cíclica aponta para um crescimento de, pelo menos, o dobro para ano que vem. Ainda medíocre. Se nada atrapalhar os bons ventos, pode-se pensar em algo próximo de 3%, segundo algumas das projeções do mercado. Oxalá.

Para ajudar no bom humor, Paulo Guedes, enfim, anuncia seu projeto para a economia. Mas o papel do ministro não se encerra com o envio do pacote ao Congresso. São inúmeras PECs a serem discutidas ao longo de 2020 e que afetam privilégios de grupos específicos. O lobby dos descontentes vai tentar convencer que o ajuste é ruim para todo mundo. O mesmo filme que se viu na Previdência. O chefe da PGR foi rápido e já se manifestou contra a “injusta” redução de seu período de 60 dias de férias. A reforma da seguridade também atravessou uma guerra de narrativas durante dois anos e chegou este ano ao Congresso madura para discussão. Ainda assim, sua aprovação se arrastou meses - deu até tempo da aprovação da PEC Paralela em 1º turno pelos senadores. O presidente interrompeu o ritmo das discussões no Senado ao impor a indicação de um filho para uma embaixada. Prioridades.

O conjunto de mudanças não trouxe surpresas, é uma proposta de ampla reforma fiscal na linha já esperada. A verdadeira batalha será organizar prioridades e a sequência de votações, já que foram abertas muitas frentes ao mesmo tempo. Todo cuidado é pouco, toda a habilidade será necessária.

Inexplicavelmente a Zona Franca de Manaus mantém seus benefícios e algumas carreiras, como militares, juízes e procuradores, ficaram de fora do aperto. Começou errado. A contribuição tem que ser de todos os segmentos. Se outras exceções forem concedidas – não faltará pressão –, podemos terminar com corte de gastos abaixo do projetado, no contexto de um novo pacto federativo que prevê a transferência de recursos para estados e municípios.

Depois dos desacertos na insistência com capitalização e CPMF, que nos fez perder um tempo precioso, Guedes entendeu que sem articulação política não se faz uma PEC, muito menos quatro. Maia e Alcolumbre já parecem estar comprometidos no esforço de aprovação. Da mesma forma, o STF precisa estar ciente de que regras para funcionalismo e vinculações orçamentárias devem mudar para diminuir despesas obrigatórias e abrir espaço para investimentos públicos. Mas, acima tudo, a sociedade deve estar convencida de que, se algumas categorias perdem, no conjunto, o país sairá melhor.

O governo também acena com um novo rito para as privatizações, seguindo um procedimento que propus em minha coluna passada, que é inverter o ônus da prova: a existência de uma estatal deve ser justificada, e não a sua desestatização. A proposta oficial não é tão ousada ao não incluir todas as empresas no projeto de uma vez, como eu sugiro. Petrobrás, por exemplo, fica de fora. Mas parece que as privatizações vão finalmente começar a andar. Com muitos meses de atraso, o PL para a venda da Eletrobras saiu muito semelhante à proposta de Temer. A boa novidade foi a retirada da golden share, já que não há nada de estratégico na operação da empresa, e afetaria negativamente o preço de venda. A União deverá manter ainda entre 30% a 40% de participação, exigindo um bom desenho de governança para blindar qualquer influência estatal na empresa e deixá-la imune a mudanças de governo.

Notícias boas na economia em tempos estranhos na política. Bolsonaro e seus filhos podem atrapalhar muito o andamento das reformas se continuarem na mesma toada dos últimos dias. De uma tacada, destruíram sua frágil base parlamentar; atacaram a imprensa, parceira no convencimento sobre Previdência; o Congresso, que deve aprovar as mudanças nas contas públicas, e o STF, que vai julgar sua constitucionalidade.

Os arroubos autoritários da família vão num crescendo, chegando à ameaça de um novo AI-5. Bolsonaro finge que repreende os filhos e a vida segue. Não são apenas ações de um homem que não liga para o politicamente correto. São ataques à democracia liberal por parte do presidente da República. O propósito em gerar uma crise institucional é cada vez mais evidente. Pode ser uma cortina de fumaça. Se Ustra é o herói, Chávez pode ser o modelo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/11/2019****Seção: Economia****Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA****Título: Senado deve votar pacote de corte de gastos só em 2020**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça afirma que PEC emergencial só vai ser aprovada este ano se sofrer alterações

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), afirmou ao 'Estadão/Broadcast' que o governo vai ter de escolher entre aprovar a PEC emergencial este ano com alterações ou deixar para 2020 insistindo no conteúdo proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "O Senado não tem pressa. Mais do que o calendário, nós temos de nos preocupar com aquilo que vamos entregar para o País", afirmou Simone. "PEC emergencial, que o governo esqueça. Se ela é emergencial para o governo, ele que diga o que é emergencial para ele porque isso não passa este ano." As três propostas do governo passam pela CCJ antes da votação no plenário da Casa.

Batizado de Plano Mais Brasil, o conjunto de medidas elaborado pela equipe econômica e enviado ao Congresso Nacional na terça-feira propõe a descentralização de recursos para Estados e municípios, fim de parte das amarras do Orçamento e corte de salário e jornada de trabalho de servidores públicos. A PEC emergencial cria mecanismos de controle de despesas públicas para União, Estados e municípios. A expectativa é que, com as medidas, a União consiga abrir um espaço de R\$ 50 bilhões, que poderiam ser direcionados para outras áreas.

Autonomia. O texto faz parte do pacote que foi entregue pelo próprio presidente Jair Bolsonaro nesta semana ao Congresso. O pacote também prevê a PEC do pacto federativo, que transfere R\$ 400 bilhões em recursos de exploração de petróleo e dá mais autonomia financeira para Estados e municípios. E a PEC dos fundos setoriais, que extingue a maior parte dos 281 fundos públicos e permite o uso de R\$ 220 bilhões de recursos para abatimento da dívida pública. O aviso da senadora faz eco a uma avaliação majoritária entre os líderes do Senado. A PEC emergencial é a mais difícil dos três textos do pacote, avaliam senadores. Entre as medidas polêmicas, a proposta prevê congelamento de salários, de progressões nas carreiras e a possibilidade de reduzir jornada e os salários de servidores em até 25% por dois anos.

Esses gatilhos seriam acionados quando as operações de crédito do governo federal superarem as despesas de capital em um ano e, para os Estados, quando as despesas excederem 95% da receita, também em um ano. "O que pesa mais

para o governo: a urgência ou o conteúdo dele? Se for o conteúdo dele, vai ficar para o que vem porque eu não sei o que sai. Se for a urgência, a caneta é do Senado. Isso eles vão ter de avaliar na hora certa”, afirmou Simone

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim / RIO

Título: IPCA de 0,10% é o menor para o mês desde 98

Conta de luz pressiona inflação para baixo em outubro; acumulado em 12 meses é 2,54%

O aumento nos preços da gasolina e das carnes pressionou a inflação oficial no País em outubro, mas a conta de luz mais barata manteve o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em patamar comportado, a 0,10%, menor resultado para o mês em mais de duas décadas. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE. A taxa acumulada em 12 meses desceu a 2,54%, abaixo do piso de tolerância da meta de 4,25% perseguida pelo Banco Central este ano. Embora seja esperada uma nova aceleração nos próximos meses, o cenário inflacionário permanece favorável a nova redução na taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 5% ao ano.

“O cenário é condizente com a nossa expectativa de mais um corte de 0,5 ponto percentual (na Selic) na reunião do Comitê de Política Monetária em dezembro, e acreditamos em mais um corte de 0,25 ponto percentual na reunião subsequente, em 2020. A taxa de juros vai para 4,25% e permanece nesse patamar ao longo de todo o ano que vem”, previu Fábio Romão, economista da LCA Consultores. A inflação está em patamar confortável, embora a taxa em 12 meses deva acelerar em novembro, corroborou Pedro Kislánov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. “A taxa em 12 meses está influenciada por uma deflação de 0,21% em novembro de 2018. Se tiver qualquer variação positiva em novembro deste ano, o IPCA em 12 meses volta a acelerar”, explicou Kislánov. A LCA espera que a inflação encerre o ano em 3,36%. A projeção do Itaú Unibanco é de 3,30%.

Em outubro, a tarifa de energia elétrica recuou 3,22%, item de maior impacto negativo sobre a inflação do mês, o equivalente a -0,13 ponto percentual. A queda na conta de luz é resultado, entre outras coisas, da entrada em vigor da bandeira tarifária amarela, com cobrança extra de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora consumidos, em substituição à bandeira tarifária vermelha patamar 1 que cobrava em setembro R\$ 4,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Apesar da trégua, a tendência é de nova pressão da conta de luz

sobre o orçamento das famílias em novembro. Além da energia elétrica, são esperadas pressões em novembro do reajuste de jogos de loteria, alimentos in natura e carnes, segundo a LCA Consultores. / COLABOROU THAÍS BARCELLOS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona, Thiago Resende e Júlio Wiziack

Título: Com segunda frustração seguida, governo fala em rever regras do petróleo

Apenas uma das cinco áreas tem oferta no leilão desta quinta, e, assim como na véspera, só Petrobras e chineses aparecem

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA- Após o segundo leilão sem concorrência, o governo reforçou discurso por mudanças nas regras de concessão de áreas do pré-sal.

No leilão desta quinta (7), apenas uma das cinco áreas tiveram oferta. Assim como no de quarta (6), só Petrobras e chineses compareceram.

Consórcio formado pela estatal brasileira e a CNODC levou a área de Aram, a maior delas, por R\$ 5 bilhões e sem ágio no volume de óleo entregue ao governo.

“Tivemos dificuldade enorme [para realizar o megaleilão] parano final vendermos de nós para nós mesmos”, declarou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Após a disputa desta quinta, o **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, reforçou que mudanças serão estudadas para melhorar a atratividade.

Além disso, o Planalto declarou apoio projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com o direito de preferência e flexibiliza o regime de partilha da produção.

A proposta dá ao governo o direito de optar por oferecer áreas nesse regime — que prevê participação estatal os consórcios — ou em contratos de concessão, modelo preferido das petroleiras internacionais.

O modelo de partilha foi criado em 2010, com o pretexto de garantir maiores ganhos ao governo na exploração de petróleo. É obrigatório dentro do chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil quilômetros quadrados no litoral da região Sudeste.

Até agora, foram realizados sete leilões de partilha. Os dois leilões desta semana foram os primeiros sem ágio desde a estreia do modelo, em 2013, com a área de Libra.

Governo e especialistas citam três fatores determinantes para a ausência de estrangeiras: a expectativa por mudanças para regras mais favoráveis, o direito de preferência da Petrobras e a compra de áreas do pré-sal nos últimos anos.

Para esta quinta, a Petrobras havia demonstrado interesse em exercer preferência para operar em três áreas, mas só fez oferta para uma. Para o governo, tirou das estrangeiras a possibilidade operar as outras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Escreveu...

PAINEL:

A decisão da Petrobras de não fazer ofertas para duas áreas de exploração nos leilões desta quinta (7) desagradou o governo. A estatal havia informado interesse nos locais, o que levou Jair Bolsonaro a baixar decreto dando preferência à estatal.

...não leu

Integrantes do governo disseram que a Petrobras age como ente privado “quando lhe convém”, como quando defende preços de mercado para a gasolina, mas não recusa benesses de estatal — a preferência nos leilões. Nesta quinta, a empresa foi acusada de “não honrar o compromisso com o país”.

Calça curta

A Petrobras não avisou que não iria fazer ofertas, uma descortesia inédita. **O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e o presidente da Agência Nacional do Petróleo, Décio Oddone, chegaram a anunciar a participação da empresa nas três áreas.

LEITE DERRAMADO

Os peradores do setor de petróleo dizem que as críticas de Paulo Guedes (Economia) ao regime de partilha, no qual o investidor é sócio do governo na

exploração, são inócuas. O questionamento só chegou agora, quando quase todos os campos já foram entregues à exploração.

TIROTEIO

Empresário sensato não vem participar da marcha da insensatez em que se transformou o país com este desgoverno

Do senador Jaques Wagner (PT-BA), sobre a ausência de líderes globais do mercado de petróleo nos leilões do pré-sal no Brasil

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona Colaborou Júlia moura, de São Paulo

Título: Petrobras vende Liquigás por R\$ 3,7 bilhões, e Ultragaz deve perder liderança para Copagaz

Rio de Janeiro- A Liquigás foi vendida por R\$ 3,7 bilhões para o grupo formado por Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás Butano. A empresa é a subsidiária da Petrobras que opera no segmento de gás de cozinha e está no plano de desinvestimento da estatal.

Com o acordo, as duas compradoras roubam a liderança de mercado da Ultragaz, que já havia tentado comprar a Liquigás. A conclusão do negócio depende de aval do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Em agosto, a Petrobras informara que o consórcio havia apresentado a melhor oferta pela Liquigás e que a próxima etapa seria a negociação de contratos.

É a segunda vez que a Petrobras tenta vender a Liquigás, que é a segunda maior empresa do segmento. No início de 2018, o Cade vetou operação de R\$ 2,8 bilhões com o grupo Ultra, que já controla a líder no segmento, a Ultragaz.

Atualmente a Copagaz tem 9% do mercado e, com a compra da Liquigás, crescerá para 27%. A Nacional Gás, que tem 18%, crescerá para 23%, mesmo percentual da Ultragaz, atualmente a líder do setor.

O consórcio chamado para negociar disputou a empresa com outros dois interessados: o fundo de investimentos Mubadala e um consórcio formado pela GP Investimentos e pela distribuidora de gás de botijão Consigaz.

A expectativa do mercado é que o consórcio vencedor fatie a empresa para evitar questionamentos dos órgãos de defesa da concorrência.

A Copagaz, por exemplo, tem forte participação nos mercados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com mais de 30% das vendas, e teria dificuldades em ficar com a fatia da Liquigás.

Já a Nacional Gás Butano tem presença mais forte em estados do Nordeste — é dona de quase metade das vendas na Paraíba e no Maranhão, por exemplo.

Para evitar problemas com o Cade, como na tentativa anterior de venda da subsidiária, a Petrobras impôs restrições aos participantes do processo atual, determinando que empresas já com participação relevante no mercado brasileiro participassem apenas com ofertas conjuntas. Essa é a terceira venda relevante da Petrobras no ano.

A companhia abriu mão do controle da BR Distribuidora por meio da venda de ações em Bolsa realizada em junho, em operação que movimentou quase R\$ 9 bilhões. Antes, a estatal havia vendido a TAG (de gasodutos) por R\$ 33,5 bilhões. Com o anúncio da venda da Liquigás, as ações da Petrobras atingiram os maiores valores desde 2010. As preferenciais, mais negociadas, subiram 3,6%, para R\$ 30,78, e as ordinárias, com direito a voto, 3,2%, para R\$ 33,45.

Sob impulso da Petrobras, a Bolsa fechou esta quinta-feira (7) acima dos 109 mil pontos pela primeira vez, com alta de 1%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Leilões frustrados

Desinteresse privado em áreas do pré-sal lança dúvidas sobre regulação do setor petrolífero

Dadas as elevadas expectativas, o resultado do leilão dos excedentes de petróleo na área do pré-sal foi, sem dúvida, frustrante.

Não houve participação relevante de empresas estrangeiras, 2 dos 4 blocos não tiveram interessados e a Petrobras acabou levando sozinha — com pequena participação de grupos chineses — as áreas em que havia manifestado interesse.

Com isso, a arrecadação ficou em R\$ 69,9 bilhões, bem abaixo dos R\$ 106,5 bilhões esperados. A decepção não deixa de ter consequências políticas

negativas, na medida em que o governo vendeu otimismo e acabará por não entregar todo o dinheiro prometido aos estados e aos municípios.

Do montante, a União ficará com R\$ 23 bilhões. De sua parte, a Petrobras terá de desembolsar R\$ 29 bilhões em bônus de assinatura, já descontando os R\$ 34 bilhões que receberá pela renegociação do contrato que viabilizou o leilão.

Para os governos regionais sobrarão R\$ 10,6 bilhões, uma ajuda decerto considerável —mas cerca de metade da antecipada.

Nesta quinta-feira (7), outro leilão se mostrou um fiasco. Apenas 1 de 5 blocos ofertados foi arrematado, novamente sob liderança da Petrobras. Ainda que tal desfecho não deva comprometer seriamente o crescimento da produção petrolífera nos próximos anos, a sensação de derrota é inevitável.

Entre os motivos prováveis para o fracasso dos certames, há os que dizem respeito à regulação do pré-sal em geral e outros mais específicos quanto à cessão onerosa.

Pairam dúvidas, por exemplo, sobre a atratividade do modelo de partilha (pelo qual a vencedora do leilão entrega parte da produção ao governo), na comparação com o modelo mais comum no mundo, o de concessão.

O direito de preferência da Petrobras, por sua vez, pode ter contribuído para afastar interessados.

Alei determina participação mínima de 30% no consórcio nas áreas em que a empresa manifestar interesse. Na prática, a dominância vem sendo maior, e a participação de outras empresas se torna subalterna. O governo agora avalia eliminar essa prerrogativa, o que pode ser positivo para leilões futuros.

No que diz respeito à cessão onerosa, as eventuais vencedoras deveriam indenizar a Petrobras por investimentos passados. Correta em princípio, essa exigência veio carregada de incerteza, pois valores seriam negociados a posteriori.

Se existe algo de positivo a extrair do episódio, trata-se da refutação mais evidente da tese conspiratória segundo a qual se entregariam as reservas por preço vil a interesses estrangeiros. Fosse assim, teria havido competição.

Promovê-la no setor petrolífero é o real desafio —que o governo parece ter subestimado ao estabelecer suas previsões para os leilões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 08/11/2019****Seção: Mercado****Autor: Lavinia Hollanda - sócia e diretora-executiva da Escopo Energia****Título: Mercado dá recado de esgotamento do modelo de exploração**

O mercado aguardou com grande expectativa o desenrolar do megaleilão desta semana. Os resultados foram ruins ou a expectativa foi superestimada?

De um lado, a Petrobras saiu fortalecida no pré-sal e o governo conseguiu trazer recursos substanciais para a União. De outro, a participação de empresas estrangeiras nos leilões se limitou a um percentual pequeno das empresas chinesas CNOOC e CNODC, sinalizando que talvez seja hora de repensar o modelo de exploração do petróleo no Brasil.

A Petrobras foi protagonista, ao desembolsar um bônus alto para ampliar sua participação em áreas em que já opera. Mesmo com a preocupação externada pelo mercado com a alavancagem e impacto financeiro no curto prazo, a oferta da empresa no leilão segue na linha do seu posicionamento estratégico.

O tempo dirá a dimensão do impacto do pagamento do bônus no endividamento da empresa, o que dependerá do sucesso do desinvestimento.

Já sob a ótica do setor de petróleo, é importante analisar os dois leilões conjuntamente e no contexto do histórico recente do pré-sal.

A realização do leilão da cessão onerosa foi, por si só, uma vitória. Foi preciso vencer etapas que incluíram uma longa negociação entre Petrobras e União, além medidas regulatórias e legais.

O resultado foi uma arrecadação líquida de R\$36 bilhões em bônus e a perspectiva de investimentos nessas áreas. Esse valor foi inferior ao esperado, mas fica a dúvida se as expectativas criadas pelo leilão, com bônus de assinaturas altíssimos, é que não foram otimistas demais.

No entanto, o desfecho do leilão, em que novamente não houve oferta de empresas estrangeiras, foi uma surpresa.

O sucesso das rodadas anteriores está ligado aos ajustes regulatórios iniciados no governo Temer, que destravou a agenda e atraiu empresas que buscavam — e conseguiram — se posicionar de maneira estratégica no pré-sal.

Para dar um passo além, as empresas parecem estar em compasso de espera, aguardando mais ajustes que justifiquem ampliar o peso do Brasil no seu portfólio global.

Os resultados dos leilões desta semana não necessariamente significam um desinteresse das empresas internacionais no setor de petróleo no Brasil, mas apontam para um esgotamento do modelo.

A partilha, o direito de preferência da Petrobras e sua condição de operadora nas áreas em que exerce a preferência podem não ter sido fatores decisivos nas rodadas passadas. Mas, diante da perspectiva de aprimoramentos em um futuro próximo sinalizada próprio pelo governo, vale a pena esperar por condições mais favoráveis.

Na cessão onerosa, a resposta talvez seja mais simples: a conta não fechou. A falta de apetite por essa oferta específica está relacionada a um desenho de leilão que privilegiou o pagamento do bônus à vista em detrimento da parcela de óleo-lucro (“a prazo”).

Como mostrou o resultado dos leilões, o recado foi dado pelas empresas. É preciso iniciar um novo ciclo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Nicola Pamplona

Título: Bolsonaro sabia que leilão do petróleo seria fracasso e pediu ajuda à China

Estrangeiras reclamaram do preço; Guedes insistiu em bônus alto para melhorar caixa do governo

Brasília e Rio- Para evitar a ausência de interessados estrangeiros no megaleilão do pré-sal desta semana, o presidente Jair Bolsonaro pediu ao dirigente da China, Xi Jinping, que as petroleiras chinesas participassem do certame.

A conversa ocorreu durante visita oficial de Bolsonaro ao país, no fim de outubro. Naquele momento, o governo já sabia que o modelo previsto para a venda dos quatro campos do pré-sal não atrairia concorrentes.

Pelas regras, quem vencesse a disputa teria de desembolsar à vista uma quantia bilionária. Somente no campo de Búzios, o maior deles, o desembolso será de quase R\$ 70 bilhões.

Segundo pessoas que acompanharam as conversas presidenciais, depois do aceno positivo de Xi, um executivo da Petrobras foi à China para fechar a parceria da estatal com as petroleiras CNO-OC e CNO-DC, ambas controladas pelo governo chinês.

Cada uma entrou com participação de 5% no consórcio que arrematou Búzios.

No acordo com os chineses, segundo pessoas que acompanharam as negociações, a Petrobras receberia dos dois sócios dinheiro antecipado pela venda futura de óleo. Essa operação seria vantajosa por travar o preço do petróleo que será vendido futuramente pela cotação atual.

O arranjo garantiu dinheiro rápido para a Petrobras, que terá de retirar de seu caixa neste ano R\$ 29 bilhões para pagar pelos direitos de exploração dos dois blocos (Búzios e Itapu). Em Itapu, a estatal fará a exploração sozinha.

Por meio de sua assessoria, a Petrobras disse que não pode comentar detalhes de um contrato privado. A assessoria de imprensa do Planalto não respondeu até a conclusão deste texto.

Nas discussões com o TCU (Tribunal de Contas de União), os técnicos chegaram a fazer alertas de que a exigência de um bônus elevado não estimularia a competição.

Nos leilões do pré-sal, o bônus é fixo e a disputa se dá em torno do volume de óleo entregue ao governo durante a vida útil dos projetos.

É como se o bônus fosse a entrada, e o óleo, as prestações. No primeiro leilão do tipo no governo Dilma, optou-se por bônus menores e percentual de óleo mais alto.

Para o megaleilão, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) apresentou opção de bônus de R\$ 52 bilhões e maiores percentuais mínimos de óleo.

Mas o ministro Paulo Guedes (Economia) insistiu no modelo que poderia trazer R\$ 106 bilhões em outorgas para a União, caso as quatro áreas ofertadas (Búzios, Itapu, Sépia e Atapu) fossem vendidas.

Em um dos diversos encontros que teve com o presidente do TCU, ministro José Múcio Monteiro, Guedes repetiu que haveria muitos interessados estrangeiros se o modelo fosse o da equipe econômica.

Segundo a Economia, considerando investimento, arrecadação, pagamento de royalties, o setor movimentaria mais de R\$ 1 trilhão com a venda dos quatro blocos.

No entanto, havia ainda um fator de incerteza: as petroleiras teriam de ressarcir a Petrobras pelos investimentos realizados nos quatro campos. Nessa conta entram equipamentos para estudos, prospecção, por exemplo.

Nos bastidores, as empresas afirmam que esses valores não estavam bem definidos, variando de R\$ 35 bilhões a R\$ 120 bilhões, e as conversas com a estatal eram infrutíferas.

Para ter ideia do peso desse leilão para a contabilidade das empresas, um executivo disse que somente o lucro do grupo anglo-holandês Shell, que também desistiu, gira em torno de US\$ 25 bilhões (o equivalente a R\$ 102 bilhões na cotação desta quinta-feira, 7).

O resultado dessa combinação de fatores foi que, das 14 companhias inscritas, somente 7 apareceram, e, delas, somente 3 apresentaram ofertas.

Antes da entrega das garantias, a britânica BP e a francesa Total já haviam desistido do negócio, sob o argumento de que os ativos estavam caros.

Nem os EUA, com quem o governo Bolsonaro mantém acordo de parceria estratégica, foram adiante. Uma das principais apostas do mercado, os americanos da Exxon Mobil não apresentaram ofertas.

No início desta semana, o governo teve uma clara sinalização da desistência das estrangeiras porque nenhum dos presidentes globais das petroleiras estava no Brasil.

Nos leilões do regime de partilha ocorridos no passado e que movimentaram valores mais modestos, eles compareceram em massa.

Para as estrangeiras, também estava claro que a Petrobras faria uma oferta para arrematar os dois campos (Búzios e Itapu). Também seria natural que ela operasse em parceria com os chineses, que também fazem dupla com a estatal no campo de Libra.

Outro ponto considerado pelo mercado foi a concentração de leilões do setor de óleo e gás.

No ano passado, o governo levou R\$ 3,2 bilhões em bônus de assinatura por quatro blocos do pré-sal (Itaim-bezinho, Três Marias, Dois Irmãos e Uirapuru).

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, defendeu o modelo escolhido. “Se fosse usado esse [o de R\$ 52 bilhões], talvez estivéssemos comemorando a venda das quatro áreas, mas com arrecadação menor.”

Independentemente do modelo, a ideia é que a participação do governo na receita ficasse em 85% do total, incluindo bônus, óleo e impostos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia

Título: Energia cai e leva IPCA para abaixo da meta

Rio de Janeiro- A queda no preço da energia na maior parte do Brasil contribuiu para que a inflação de outubro fosse a menor par o mês desde 1998, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O IPCA, índice oficial de inflação, ficou em 0,10% no mês passado, ante 0,45% em outubro de 2018.

Nos últimos 12 meses, a inflação acumulada caiu para 2,54%, abaixo do piso da meta fixada pelo Banco Central. O alvo para 2019 é de 4,25%, com intervalo entre 2,75% e 5,75%. Caso termine abaixo do piso da meta, o BC precisará enviar uma carta ao ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando as razões para o descumprimento.

Seria a segunda vez que a inflação ficaria abaixo do piso da meta. Em 2017, o então presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, teve de justificar ao ministro Henrique Meirelles o IPCA de 2,95% — o piso era de 3%.

Em outubro, a mudança na bandeira tarifária para amarela foi o principal fator para que a energia elétrica tivesse um impacto de 0,13 ponto percentual negativo em outubro.

Neste mês, porém, a bandeira voltou a ser vermelha, o que deve pressionar a tarifa de energia. A expectativa é que a inflação se acelere em novembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Thais Arbex e Thiago Resende

Título: Vou me empenhar pelo pacote tanto quanto pela Previdência ou até mais

Entrevista: Rodrigo Maia

Presidente da Câmara diz que Bolsonaro tem tornado Congresso mais independente e, com isso, se fortalece para aprovar reformas

Brasília- Alinhado com a equipe econômica do governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), irá trabalhar pela aprovação do pacote de medidas de controle dos gastos públicos e flexibilização do Orçamento.

“Vou me empenhar tanto ou mais [que na reforma da Previdência]”, disse à Folha.

Para Maia, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem tornado o Congresso mais independente e, com isso, consegue se fortalecer politicamente diante da aprovação de reformas.

“Até porque estamos dando os instrumentos para uma fazer uma boa gestão”, afirmou.

*

O governo apresentou um pacote para controlar as despesas públicas nesta semana. Uma das medidas permite que municípios sejam extintos, o que incomodou parlamentares. Eu tenho ouvido isso de deputados. Eu acho que a discussão tem de ser como melhorar a qualidade da administração de cidades menores.

O caminho mais claro é que você possa organizar os municípios de forma mais concreta, num instrumento de consórcios. O erro do governo foi mandar algo que não de fácil aprovação. Acho que é o único ponto negativo na proposta.

Há uma indisposição no Congresso em relação ao pacote por causa de uma possível redução no número de municípios?

Eu discordo. Apolítica precisa entender que essa indexação do Orçamento é que está tirando capacidade de a política responder às demandas da sociedade.

Não podemos deixar esse assunto [de extinção] dos municípios contaminar, porque há temas propostos pelo governo que certamente vão abrir espaço para que a gente possa discutir políticas de investimento com um volume de recursos maior.

O sr. vê espaço para alterações na proposta do governo, já que o texto foi desidratado em negociações prévias com o Congresso?

Eu prefiro assim, se é isso que o governo entende que é possível aprovar com diálogo que fez com deputados e senadores.

Mas agente sabe que o trabalho vai ter de ser dobrado para que as perdas não sejam tão grandes com relação ao projeto do governo.

Quais são os pontos mais polêmicos?

Toda a parte dos gatilhos [de medidas para reduzir gastos] é importante. O [ponto] dos 25% de redução de carga horária com redução de salário [para servidores públicos] é polêmico, mas é relevante, é melhor para o servidor, ou então vão sobrar as opções de não pagar salário ou demitir.

Os trabalhadores privados não estão repondo os seus salários com essa força que o servidor público recebe. Não é que ele não mereça, é que não tem dinheiro para isso.

O sr. já considerou o pacote ambicioso. Isso significa que o sr. pode não se empenhar tanto como se empenhou na reforma da Previdência?

Vou me empenhar tanto ou mais. Eu acho que a proposta é ambiciosa, mas a gente precisa estar empenhado nela.

O que eu puder fazer para ajudar o [presidente do Senado] Davi [Alcolumbre], como ele me ajudou na reforma da Previdência, estou à disposição para ajudar e continuar falando com todos atores para mostrar que isso aqui [pacote] é a favor do brasileiro mais simples.

Hoje, os gastos com Previdência e com a administração pública beneficiam quem está no topo da sociedade.

O governo quer aprovar a PEC emergencial, que autoriza medidas imediatas de controle de gastos, até o fim do ano nas duas Casas. É uma prioridade de todos no curto prazo. Não é simples, é quase impossível, mas vamos trabalhar.

Essa história de dar uma parte [da economia de recursos] para emenda de bancada... Isso não existe. Quem vai decidir para onde vão os R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões é o próprio Parlamento, porque o Orçamento agora é impositivo. A decisão final para onde vai esse dinheiro é do Parlamento.

A relação com Bolsonaro tem como ficar positiva até o fim do mandato?

Está positiva. Pelo menos a minha, está positiva. Às vezes eu critico algumas posições que ele tem, ele critica algumas posições que o Parlamento tem. Isso é da democracia, mas na relação de diálogo posso reclamar zero do presidente.

O que o sr. espera da atuação do presidente para aprovar o pacote?

Essa forma de diálogo do Bolsonaro tem fortalecido o Parlamento. Não tenho dúvida. Ele fortalece o Parlamento quando ele garante uma maior independência com diálogo. O que não pode no sistema democrático é uma independência sem diálogo. Quando se dá independência, também se transfere responsabilidade.

Com essa nova relação, o sr. acha que o presidente se fortalece ou se enfraquece politicamente?

Não tem porque não se fortalecer. Até porque estamos dando os instrumentos para uma fazer uma boa gestão. As reformas, muitos projetos importantes, nós estamos aprovando para o governo. Não tem outra alternativa. Nossa alternativa é: com a independência fortalece o papel do Parlamento, mas, com as votações das matérias, fortalece, é claro, o papel do presidente.

Qual é a sua prioridade: reforma administrativa, tributária ou pacto federativo? O governo fez a escolha certa de começar pelo Plano Mais Brasil?

Acho que fez. A tributária [o governo] sabe que está aqui, sabe que vai andar, que a gente vai trabalhar com a equipe tributária dele. Acho que tem espaço para trabalhar todas as agendas.

O Senado caminha para aprovar ainda em novembro a PEC paralela da Previdência. O clima na Câmara mudou em relação à inclusão de estados e municípios?

Acho o seguinte: os senadores ligados aos governadores do Nordeste saíram do plenário, não votaram. É uma sinalização ruim para os deputados do Nordeste.

Imagina se eles saem do plenário, quantos vão sobrar para aprovar a PEC paralela?

Vamos ver se no segundo turno a gente consegue mobilizar os senadores mais vinculados aos governadores para que essa matéria chegue aqui e possa também caminhar com certa agilidade.

O governo quer lançar um pacote de emprego que prevê a desoneração da folha. Qual sua avaliação?

Conheço pouco as propostas. Acho que medida provisória [como planejado] é um instrumento ruim para o um tema como esse.

A questão da desoneração tem de ser bem pensada.

Como o sr. avalia o resultado dos leilões recentes de petróleo?

Eu acho que tem duas questões. O sistema de partilha não é bom. E a Petrobras exerceu o seu poder e, na relação dela com o setor privado, pelo que eu li dos analistas, ela gerou insegurança dos atores privados. Ela deixou muita coisa para negociar depois do leilão.

A Câmara vai analisar projeto para mudar o regime do petróleo?

É um tema que precisa ser enfrentado.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), 49

Presidente da Câmara dos Deputados, comanda a Câmara há três anos. Maia se elegeu pela primeira vez em 2016, para mandato-tampão após a renúncia de Eduardo Cunha (MDB-RJ). Em fevereiro deste ano, ele foi alçado ao posto pela terceira vez, com 334 votos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/11/2019

Seção: Especial

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Governo libera plantio de cana-de-açúcar em Pantanal e Amazônia

Cultivo era proibido nos biomas desde 2009; indústria elogia medida, mas ambientalistas temem desmatamento

São Paulo - Um decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelos ministros Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura) na quarta-feira (6) libera o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal.

O ato revoga o decreto 6.961, de 2009, que estabelecia o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, prevenindo a expansão do cultivo para a Amazônia e o Pantanal, considerados biomas mais frágeis e que já sofriam com a tendência de expansão da cana.

Compensando a proibição, o zoneamento estabelecia territórios para onde o cultivo poderia se expandir sem implicar em desmatamento ou competição com a produção de alimentos. O total da área apta para expansão da cana somava, pelo decreto agora revogado, 63,4 milhões de hectares.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, a produção atual de cana-de-açúcar no país ocupa 9 milhões de hectares e deve expandir por mais 1,6 milhão na próxima década.

À época, a medida do governo federal respondeu à desconfiança internacional de um atrelamento da produção brasileira de biocombustíveis ao desmatamento e à degradação da Amazônia.

“O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar teve seu papel no passado e ficou justamente lá, um passo atrás, servindo apenas como mais um dos tantos arcabouços burocráticos brasileiros diante da modernidade do Código Florestal e do comprometimento absoluto do setor em avançar”, disse em nota o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Evandro Gussi.

A Unica se posicionava contra a liberação da canana Amazônia até o final do ano passado, quando um projeto de lei de 2011, do então senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), chegou ao plenário do Senado propondo o aval e mobilizou ONGs ambientalistas e entidades do agro-negócio que temiam um impacto negativo para a imagem das exportações brasileiras.

Em nota, o Observatório do Clima afirma que os dois ministros que assinam a revogação do decreto, “tidos como a ‘ala razoável’ do governo, jogam na lama a imagem internacional de sustentabilidade que o etanol brasileiro construiu a duras penas”.

O ex-ministro do Meio Ambiente Sarney Filho também se manifestou por meio de nota e disse que a liberação da cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal “significa uma permissão implícita para o desmatamento”.

Segundo ele, “mesmo que o plantio de cana se desse apenas em áreas já degradadas, ele ocuparia o lugar da pecuária e, portanto, pressionaria as florestas para a criação de novas áreas de pastagem”.

Assessores do Ministério da Agricultura e Pecuária ouvidos dizem que a revogação do decreto não significa permissão para novos desmatamentos. O entendimento da pasta é que o desmate já estaria inibido pelo Código Florestal e também pelo programa Renovabio, que concede incentivos para produção de biocombustível, excluindo do benefício produções obtidas em áreas desmatadas após 2018.

Além de ajudar a cumprir as metas brasileiras de redução de emissões de gases do efeito estufa junto ao Acordo de Paris, o programa pretende dobrar a oferta brasileira de etanol até 2030.

O Renovabio foi aprovado em 2018, durante gestão de Sarney Filho. Para ele, a relação entre a liberação da cana e o Renovabio é oposta à defendida pelo ministério. “O governo dá um tiro no pé, travando a lei que institui o Renovabio, pois suas ações deverão ter como consequência novas barreiras comerciais para o biocombustível brasileiro no mercado internacional.”

No plano internacional, o Brasil vinha investindo na promoção dos biocombustíveis por meio da Plataforma Biofuturo, coalizão de 20 países, incluindo China e EUA e liderada pelo Brasil. O grupo vem se reunindo nas conferências de clima da ONU para promover biocombustíveis como solução de para a transição energética necessária para cumprir o Acordo de Paris.

A proposta ainda é vista com receio na comunidade internacional por aumentar a competição por terras em países com menos território disponível, o que poderia reduzir a produção de alimentos e aumentar o desmatamento.

A defesa brasileira da produção de biocombustíveis sem desmatamento deve ser conferida na próxima Conferência do Clima da ONU, em dezembro, num ano em que as queimadas na Amazônia geraram crise nas relações internacionais do país, visto com mais desconfiança.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: NAIRA TRINDADE, NATÁLIA PORTINARI E BRUNO GÓES

Título: Maia pretende ‘arquivar’ mineração em área indígena

Presidente da Câmara critica justificativas de ministro para projeto planejado pelo governo

BRASÍLIA- O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não apoiará a proposta de regulamentar a mineração em áreas indígenas que o governo pretende enviar ao Congresso nas próximas semanas. Ele confirmou ontem ao GLOBO que pretende “arquivar” o projeto, conforme adiantou a colunista Míriam Leitão.

O deputado criticou os argumentos apresentados pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em entrevista ao GLOBO publicada ontem, para justificar o envio da medida.

— Eu disse que vou arquivar no sentido simbólico de que não vou tratar disso, porque as duas justificativas que vi do ministro no jornal O GLOBO de hoje (ontem) estão erradas. Vamos primeiro combater o garimpo ilegal para depois

tratar com as comunidades indígenas, técnicos da área do meio ambiente, com os partidos, se cabe ou não esse tema e em que condições — afirmou Maia.

SÓ COM AVAL DO CONGRESSO

A Constituição diz que a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas. Ao GLOBO, Bento Albuquerque adiantou que o governo pretende regulamentar esse artigo constitucional para conter a atividade ilegal de mineração, de agricultura e de extração de madeira ilegal.

— Nada agride mais o meio ambiente que a atividade ilegal — disse o ministro, ressaltando que não há intenção do governo federal de realizar mineração em terras indígenas, que correspondem a 14% do território nacional, mas aperfeiçoar o marco legal com regulamentação.

Segundo o presidente da Câmara, a fala do ministro sugere que o objetivo é legalizar o garimpo e as atividades ilegais em terras indígenas: — Não acho bom para o Brasil estar tendo garimpo ilegal e todo mundo sabe que tem e não se faz nada. Então, a solução agora é legalizar o garimpo ilegal?

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Hora de agir

Opinião do GLOBO

É CORRETA a atitude do governo federal em propor ao Congresso a regulamentação da mineração em terras indígenas, inclusive nas áreas de fronteira.

PREVÊ A Constituição, no artigo 231, que “aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

É NATURAL e necessária a abertura do debate legislativo para se realizar a regulação, como determina a Carta. Como diz o **ministro Bento Albuquerque, das Minas e Energia**, “nada agride mais o meio ambiente que a atividade ilegal (de mineração)”.

É HORA de enfrentar o problema. A tarefa é do Legislativo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA, RAMONA ORDONEZ, MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA

Título: Nova estratégia

Estrangeiros ficam fora de leilões, e governo quer mudar regime do pré-sal

Após dois leilões do pré-sal sem a presença de petroleiras estrangeiras e com resultados abaixo das expectativas, o governo deve incluir entre suas prioridades no Congresso a mudança no regime de exploração do pré-sal. O objetivo da mudança de regime é voltar a atrair investimentos. A 6a. Rodada de Participações, realizada ontem no Rio, terminou com apenas uma área arrematada: o bloco de Aram, na Bacia de Santos, que ficou com a Petrobras. A estatal deu um lance em consórcio no qual entrou com fatia de 80% em parceria com a chinesa CNODC. Não houve oferta pelas quatro outras áreas ofertadas. A receita do certame ficou em R\$ 5,05 bilhões. Caso todas as áreas tivessem sido vendidas, a arrecadação chegaria a R\$ 7,85 bilhões.

O encalhe de áreas ocorreu um dia após o megaleilão do pré-sal, que levantou R\$ 70 bilhões — patamar recorde na indústria, mas abaixo das projeções do governo, que estimava receita de R\$ 106,5 bilhões.

Representantes do governo listaram ontem uma série de fatores como responsáveis pela frustração de expectativas. O ministro Paulo Guedes citou o regime de partilha, criado pelo governo do PT para licitar áreas do pré-sal. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, destacou o impacto do direito de preferência da Petrobras: a lei determina que a estatal pode indicar antecipadamente com quais áreas pretende ficar com fatia de 30%, o que, segundo Albuquerque, reduziria a competitividade do certame. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, avaliou que a indústria entrou em uma nova fase, em que as petroleiras vão se dedicar mais ao desenvolvimento e à produção dos campos do que à aquisição de áreas com bônus de assinatura bilionários.

— Estou apavorado é com o seguinte: os 17 gigantes mundiais não compareceram. Não vieram. A Petrobras levou sem ágio. Pagou zereta. Sumiu todo mundo da sala. Ficou só ela lá com o cartãozinho e disse: ‘Eu levo. O que isso quer dizer? Nós sabemos nos apropriar dos nossos recursos ou não

entendemos até agora a principal mensagem? E o seguinte: ‘Olha, vocês são muito complicados’. Tivemos uma dificuldade enorme para, no final, vender de nós para nós mesmos — disse Guedes, em evento no Tribunal de Contas da União (TCU), ressaltando, porém, que o resultado fortaleceu a Petrobras.

ESTRATÉGIA DO AJUSTE

Especialistas avaliam, porém, que a pressão por caixa levou o governo a cometer um erro estratégico no calendário de leilões. Na avaliação de Anderson Dutra, da consultoria KPMG, o governo sempre foi a favor de mudanças no regime de exploração, mas sabia que, se iniciasse o debate antes dos dois leilões desta semana, eles não aconteceriam este ano e não haveria arrecadação. Dutra ressalta que, além dos recursos para o ajuste fiscal, o governo tinha até o fim do ano para pagar a Petrobras na revisão do acordo da cessão onerosa — que permitiu que a estatal explorasse até 5 bilhões de barris no pré-sal. A conclusão desta negociação, que durou mais de quatro anos e terminou com a promessa de ressarcimento à estatal de R\$ 34,6 bilhões com recursos do certame, viabilizou o megaleilão.

— O modelo de partilha ficou com a culpa do fracasso do leilão, mas que ele é ruim, todos sabemos. Deveria se colocar de forma mais transparente que o objetivo era buscar o ajuste fiscal no curto prazo. Foi um blefe estratégico. Desde o início, o governo sabia que teria dificuldades de ter agentes econômicos envolvidos nos leilões — afirmou Dutra.

Para Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, o governo intensificou o calendário de leilões para resolver a questão fiscal: — A 6a. Rodada não deu certo por três motivos: houve overdose de leilão. Não tem como fazer três leilões acavalados. Isso estressa as empresas. Foi feito na ânsia de resolver o problema fiscal. E calibrou mal os bônus, muito altos.

Pires acrescenta que o fato de o governo ter afirmado no dia do megaleilão que poderia rever o modelo de exploração também interferiu.

— Você não pode fazer isso na véspera de um leilão de partilha. Se a regra vai mudar, as petroleiras não vão entrar. Vão esperar a nova regra — disse o especialista, que, mesmo assim, classifica o resultado do megaleilão como um sucesso por concluir a venda de áreas em um modelo complexo.

APOIO A PROJETO DE SERRA

O governo avalia agora flexibilizar o modelo de exploração do pré-sal. Além de acabar com o direito de preferência da Petrobras, a ideia é que algumas áreas possam ser licitadas pelo regime de concessão, no qual a empresa paga bônus

de assinatura vultosos, mas se torna dona do petróleo. O modelo é o mais usado na indústria e traz efeito rápido do ponto de vista da arrecadação.

A avaliação do governo é que, em campos com pouco nível de informação ou atratividade, o modelo de concessão seria mais adequado ao risco de exploração e, dessa forma, ficariam mais atraentes para investidores. No regime de partilha, a União é a dona do petróleo. As empresas que participam de leilões pagam bônus fixo. O vencedor é quem oferece repassar à União o maior percentual da produção (após descontar gastos com a exploração). O impacto na arrecadação tende a ser maior no médio e longo prazos.

— Será que a concessão, que é usada no mundo inteiro, não é melhor que a partilha, que é usada por influência de alguns operadores franceses em regimes corruptos da África? Os caras não só quebraram tudo, não. Eles quebraram tudo e deixaram formas de fazer negócio bastante heterodoxas — afirmou Guedes numa referência aos governos do PT.

A estratégia para levar a discussão adiante no Congresso é acelerar o andamento do projeto do senador José Serra (PSDB-SP) para aprová-lo na Câmara e no Senado no próximo ano e conseguir aplicar as mudanças em leilões de 2020. Segundo fontes, a avaliação é que o resultado fraco dos leilões criou ambiente favorável a mudanças na regulação. O projeto de Serra está sob análise da Comissão de Infraestrutura do Senado. Ainda haverá ao menos duas audiências públicas, no próximo dia 12, antes do projeto ser votado e seguir para duas comissões.

Com o resultado fraco dos leilões, a equipe econômica já revê cálculos de quanto poderá transferir a estados e municípios nos próximos 15 anos na proposta de emenda constitucional (PEC) do Pacto Federativo. A estimativa era transferir R\$ 400 bilhões arrecadados em royalties.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Maia atua nas falhas e omissões

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, vai arquivar o projeto do governo para mineração em terra indígena, acha “inacreditável” a moção de repúdio aprovada pela comissão presidida por Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) contra o presidente eleito da Argentina e diz que preservar o meio ambiente é a forma de proteger a economia. Ele recebeu bem o conjunto de reformas econômicas, mas diz que

a proposta que tramita na Câmara do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) é melhor do que a PEC Emergencial.

Perguntei a ele, em entrevista na Globo-news, qual é o limite do protagonismo do Legislativo no presidencialismo. Ele respondeu que governo não é só o Executivo, e que o Congresso também é um dos poderes e tem prerrogativas: — É claro que os limites vão sendo dados um pelo outro. Se um fica muito forte, o outro poder vem e equilibra. A política tem que ser feita de forma equilibrada entre Câmara, Senado, Executivo, nos limites dados pelo Supremo. Se não é prerrogativa exclusiva do Executivo, o Legislativo pode ter protagonismo.

Nas ausências e falhas do governo, o presidente da Câmara tem atuado. E quando o governo, na avaliação dele, acerta, o presidente da Câmara o apoia. É assim com as propostas de reforma econômica que chegaram esta semana ao Senado.

— Os projetos são bons, mas a PEC Emergencial poderia ser mais robusta se tivesse sido usada na largada a proposta do deputado Pedro Paulo, que construímos ainda na legislatura passada. Seriam R\$ 100 bilhões. Isso facilitaria também a negociação, porque mesmo com a redução permitiria uma ótima economia. A PEC do Pacto repete um pouco a ideia dos gatilhos e tem a PEC dos Fundos. Sem dúvida vai na linha correta, porque o governo tem que controlar seus gastos correntes. Não é possível que o Brasil, que na década de 90 tinha quase 30% do seu orçamento em despesas de capital (investimentos), só tenha hoje menos de 1%, e ainda com déficit.

Ele não acha preocupante a junção das rubricas de educação e saúde. Perguntei sobre o temor de que vá mais para saúde, por causa das emergências, e menos para educação, que é investimento de longo prazo. Ele acha que seria preocupante se o governo tivesse mantido a ideia inicial de incluir os inativos na conta, porque isso reduziria o gasto social.

Maia está organizando uma pauta social na Câmara. Os trabalhos têm sido conduzidos pela deputada Tábita Amaral (PDT-SP). Perguntei se ele fez isso para tentar mudar a atitude do governo em relação ao assunto. Ele disse que não, que tomou essa iniciativa porque ela é urgente, a pobreza está aumentando no Brasil, e o Congresso tem vantagem de reunir a parte vencedora e a parte vencida nas eleições, a sociedade está mais bem representada: — A principal peça democrática é o Orçamento, a aplicação dos recursos, e a partir do próximo ano vamos ter uma mudança profunda: o Orçamento passa a ser impositivo. O governo manda as suas prioridades, quem ratifica ou retifica somos nós.

Sobre a reforma tributária que está tramitando na Câmara, ele adiantou que ela não ficará restrita aos impostos indiretos sobre bens e serviços. Que deverá tratar do Imposto de Renda também.

Maia define como “narrativas” as declarações autoritárias do governo, feitas com muita frequência, e diz que em breve o governo vai perceber que, mesmo aprovando as reformas, os investidores podem se afastar por causa das falas autoritárias e antiambientais do governo. Chamou de inaceitáveis as declarações feitas frequentemente pelo ministro do Meio Ambiente. Eu perguntei como ele receberia a proposta que o **ministro das Minas e Energia** fez sobre mineração em terra indígena: — Recebo e arquivo, recebo e arquivo. Agente não pode usar o argumento de que está havendo mineração ilegal para liberar a mineração em terra indígena. Vamos acabar com a mineração e o garimpo ilegais. Vamos fiscalizar e coibir os atos ilícitos. Depois disso vamos dialogar com as comunidades indígenas.

O deputado disse que vai se reunir com produtores culturais para ouvi-los sobre os constantes sinais de censura. Definiu como histórico o documento assinado por ele com os líderes em defesa da ciência. E disse que é “inacreditável” ter uma moção de repúdio da Comissão de Relações Exteriores da Câmara contra o presidente da Argentina, “eleito de forma legítima” Na visão dele: “não podemos tratar a Argentina desse jeito.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Quem entende de petróleo no Brasil é a Petrobras

A Petrobras andou sendo satanizada por causa da roubalheira na época do PT. Mas a estatal brasileira tem a sua competência técnica intocada, como mostrou no caso do leilão em que abocanhou o campo de Búzios. A estatal arrematou o bloco pelo equivalente a US\$ 17 bilhões. Tratam-se de reservas comprovadas de nove ou dez bilhões de barris de óleo e gás. Ou seja: pagou menos de US\$ 2 por barril. No mercado internacional, o barril é vendido por mais de US\$ 60.

E ainda...

A Petrobras, com o campo de Búzios, aumentou suas reservas de 15 bilhões para 24 ou 25 bilhões de barris.

Outra coisa...

Ontem, no novo leilão do petróleo —onde mais uma vez os estrangeiros não deram as caras —, Renato Lopes Silveira, representante da mesa, ao anunciar a área de Sudoeste de Sagitário se enrolou no nome e falou sudoeste de sanitário... Ou seja... tudo estava uma merda!

Ricardo Salles culpa PT por dificuldades com vazamento

As culpas do PT o Brasil sabe. Mas é desonesto empurrar para um partido que deixou o poder em maio de 2016 os erros da política ambiental. Que tal falar menos e trabalhar mais?

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/11/2019

Seção: Economia

Autor: KAREN GARCIA

Título: Inflação de 0,10% é a menor para outubro em 21 anos

A inflação fechou outubro em 0,10%, o menor resultado para o mês desde 1998, quando a taxa ficou em 0,02%, divulgou ontem o IBGE. No acumulado do ano, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registra alta de 2,60% e, nos últimos doze meses, está em 2,54%.

A energia elétrica foi o principal item que ajudou a frear a inflação em outubro, com queda de 3,22%, influenciada pela mudança de bandeira. Em agosto e setembro, a bandeira vermelha acarretou cobrança adicional de R\$ 4 a cada 100 quilowatt-hora (kWh). Já em outubro, a mudança para bandeira amarela diminuiu a cobrança extra para R\$ 1,50 a cada 100 kWh. A conta de luz, no entanto, voltará a pressionar o índice em novembro, já que a tarifa retornou à bandeira vermelha.

Alimentação em domicílio também caiu, influenciada pela queda dos preços de itens como leite longa vida (-0,94%), cebola (-20,84%) e batata inglesa (-9,06%).

Por outro lado, tiveram alta gasolina (1,28%), etanol (1,90%), carnes (1,77%), plano de saúde (0,59%) e higiene pessoal (0,94%). No setor de transportes, um destaque foi o aumento de 1,93% das passagens aéreas, após dois meses de retração (-15,66% em agosto e -1,54% em setembro).

O resultado de outubro reforça a expectativa de analistas de que a inflação fechará o ano em torno de 3,2%.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/11/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Estrangeiros somem de leilão**

O leilão da 6ª rodada de partilha do pré-sal, realizado ontem, no Rio de Janeiro, repetiu o resultado decepcionante da véspera, no certame da cessão onerosa. Não houve disputa e as cinco áreas ofertadas não atraíram petrolíferas estrangeiras privadas. De novo, apenas a Petrobras, em parceria com chineses, apresentou lance do leilão. Para especialistas, o governo afastou os investidores ao admitir, após o megaleilão da quarta-feira, que o regime de partilha precisa ser revisto.

O consórcio formado pela estatal brasileira, com 80%, e a CNODC, com 20%, arrematou a área mais atrativa da rodada, Aram, cujo bônus de assinatura era de R\$ 5,5 bilhões, sem ágio, com percentual mínimo de 29,96% de óleo lucro, como estipulado em edital. Os investimentos previstos são de R\$ 278 milhões. Não houve interessados nas outras quatro áreas, nem mesmo a Petrobras, que havia exercido direito de preferência nos campos Sudoeste de Sagitário e Norte de Brava.

Desta vez, o governo não escondeu a frustração, como na véspera. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, admitiu ter se surpreendido com o resultado. “Esperava que a Petrobras fizesse oferta nas três áreas em que exerceu direito de preferência”, reconheceu. Para ele, ao apresentar a preferência, a estatal afastou investidores. “Naturalmente, isso reduz a competitividade. O fato de exercer e não participar tem que ser efetivamente analisado, não me parece ser de bom senso”, afirmou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, culpou o regime de partilha pelo não comparecimento das maiores empresas petrolíferas do mundo nos leilões. Ele criticou o sistema, que considerou uma “herança institucional ruim” de governos passados. Guedes reconheceu que os campos que não foram vendidos na quarta-feira deverão ser leiloados no futuro com preços menores ou até mesmo sob o regime de concessão. “Entendemos o recado e podemos pensar em rever preços ou mudar para concessão”, afirmou.

Marco legal

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ressaltou que há projetos de lei no Congresso para aperfeiçoar o marco legal. “Levamos ao Legislativo

informações que, no nosso entendimento, podem melhorar o regime de exploração de petróleo no Brasil. Temos que aprender com os leilões realizados este ano. As áreas que não foram arrematadas hoje (ontem), num futuro próximo, vão voltar, como voltarão Sépia e Atapu (áreas da cessão onerosa que não receberam ofertas), em novo leilão”, disse o ministro.

Albuquerque reiterou que a falta de interessados não tem nenhuma relação com o vazamento de óleo no litoral do Nordeste. “Isso poderia ter ocorrido em qualquer local do mundo. O vazamento não foi decorrente da atividade de exploração, mas de um navio a uma distância muito grande da costa brasileira”, disse.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, negou que tenha havido baixa participação privada. “O investimento da Petrobras é privado. Antes de dizermos que o setor privado não quer vir, temos que olhar se o desenho de leilão foi o mais adequado”, assinalou. Em nota, a Petrobras informou que as aquisições nos dois leilões “potencializam de forma relevante a recomposição de reservas para o futuro da companhia”.

Segundo o diretor executivo de Exploração e Produção da Petrobras, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, a estatal não apresentou oferta em duas das áreas em que havia exercido direito de preferência na 6ª rodada — Norte de Brava e Sudoeste de Sagitário —, porque havia definido que manteria sua participação em 30% e não conseguiu fechar parcerias para formar consórcios nessa configuração nos blocos. “Sempre fazemos uma avaliação da condição de retorno, de risco, de financiabilidade”, justificou.

Para analistas, o mercado deu um sinal claro de que não está satisfeito com a modelagem dos leilões. Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o fato de o governo ter reconhecido que o regime de partilha é ruim, após o leilão da cessão onerosa, afastou os investidores do certame de ontem. “Eles decidiram esperar por um novo modelo. Para as petrolíferas, o regime de concessão é muito melhor. Não tem bônus fixo, a disputa é durante o leilão”, explicou.

O especialista em infraestrutura e sócio do escritório Castro Barros, Paulo Dantas, avaliou que o fracasso da 6ª rodada consolidou o movimento de retenção de investimento no Brasil. “Houve um movimento de questionamento do regime de partilha, sinalização que o próprio governo deu. Havia expectativa, mas os sinais enviados pelo mercado não foram os melhores”, analisou.

- **Novo recorde na Bolsa**

A Bolsa de Valores de São Paulo bateu novo recorde de alta ontem. O Ibovespa, principal índice do pregão, subiu 1,13% e fechou aos 109.580 pontos, puxado, em grande parte pela alta das ações da Petrobras — 3,21% nas ordinárias e 4,01% nas preferenciais. O mercado avaliou positivamente as aquisições da estatal nos leilões do pré-sal e refletiu, ainda, a subida do petróleo no exterior, que avançou 1,42% em Nova York. Ajudou também o bom clima provocado pelas informações de arrefecimento da guerra comercial entre Estados Unidos e China. No mercado de câmbio, o dólar teve elevação de 0,28%, terminando o dia cotado a R\$ 4,09 para venda.

- **Para saber mais**

Modelos diferentes

Criado para regular os leilões de campos de exploração de petróleo na área do pré-sal, o modelo de partilha prevê que os vencedores, além de pagar bônus fixos de assinatura, também se comprometam a dividir com o governo parte do petróleo que venha a ser extraído — o chamado lucro-óleo. É um regime mais oneroso para as empresas, que se justificaria pela potencialidade do pré-sal, onde cada poço tem grande probabilidade de ter petróleo, ou seja, os investimentos teriam menor risco. No modelo tradicional de concessão, os vencedores dos leilões pagam o bônus e têm direito a comercializar todo o petróleo que produzirem.

MME / ASCOM .